

noesis

Revista trimestral | n.º 80 Janeiro/Março 2010 | € 3,00 (Isento de IVA)



Dossier

Educação para
o Desenvolvimento
Sustentável

Entrevista

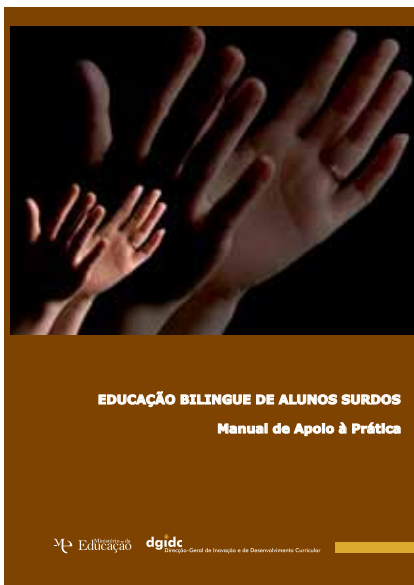
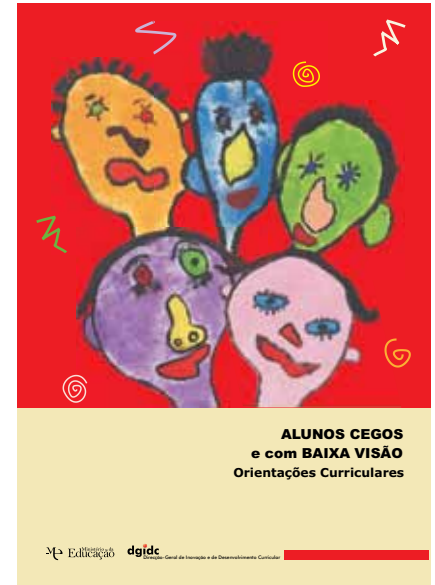
José Morais
e a aprendizagem
da leitura e da escrita



 Ministério da
Educação
dgicd
 Direcção-Geral de Inovação
e do Desenvolvimento Curricular

EDIÇÕES DA DGIDC

Manuais de apoio a professores para práticas educativas inclusivas



Estas publicações abordam temáticas como a identificação de necessidades educativas especiais e a elaboração de programas educativos individuais. Contemplam ainda aspectos organizativos e pedagógicos relativos à implementação de modalidades específicas de educação.

Concebidas para apoiar o desenvolvimento de práticas educativas inclusivas, constituem um valioso recurso para todos os docentes.

Encomendas on-line

<http://area.dgidc.min-edu.pt/noesis>

Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular
Espaço NOESIS - Av. 24 de Julho, 140 C ■ 1399-025 Lisboa
Tel. 21 393 46 72 Fax. 21 393 46 77

Ficha Técnica

Directora

Maria Emília Brederode Santos

Editora

Teresa Fonseca

Produtor

Rui Seguro

Redacção

Elsa de Barros, Helena Skapinakis

Secretariado de redacção

Carla Delfino

Colaboradores permanentes

Carlos Batalha, Teresa Gaspar

Colaboram neste número

Adelaide Borges, Ana Paiva, Dora Pacheco,

Eunice Peixoto, João Paulo, Manuel Carvalho Gomes,

Manuel Pedroso, Maria Alexandra Forte,

Mariana Hancock, Patrícia Ramalho,

Pedro Miguel Dias, Sérgio Nogueira,

Susana Dolores, Viriato Soromenho-Marques

Revisão

António Simões do Paço (Edições Pluma)

Fotografia

Jorge Padeiro, Ana Maria Bettencourt

Ilustração e capa

Dinis Mota

Destacável

Célia Martins, Elisa Travessa, Ilusinda Logrado,

Isabel Preto e Julieta Mendes

Projecto gráfico

Entusiasmo Media/White Rabbit

Paginação

Atelier Gráficos à Lapa

Rua S. Domingos à Lapa, n.º 6

1200-835 Lisboa

Impressão

Editorial do Ministério da Educação

Estrada de Mem Martins, n.º 4 – S. Carlos

Apartado 113 – 2726-901 Mem Martins

Distribuição

CTT – Correios

Rua de São José, n.º 10

1166-001 LISBOA

Tiragem

13 500

Periodicidade

Trimestral

Depósito legal

N.º 41105/90

ISSN

0871-6714

Propriedade

Direcção-Geral de Inovação

e de Desenvolvimento Curricular

Av. 24 de Julho, n.º 140

1399-025 Lisboa

Preço

€ 3 (Isento de IVA)

Isento de registo ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99 de 9/6 antigo 12.º, n.º 1B

As opiniões expressas nesta publicação são da responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente a orientação do Ministério da Educação.

Revista Noesis

Redacção

Av. 5 de Outubro n.º 107 – 8.º

1069-018 Lisboa

Telefone 217 811 666

Fax 217 811 863

revistanoesis@sg.min-edu.pt

05 Editorial O TERCEIRO D

Maria Emília Brederode Santos

06 Notícias... entre nós

09 Notícias... além fronteiras



10 Diário de um professor

Susana Dolores

O contacto com a realidade que encontrou na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Grândola transformou a visão que esta professora de Língua Portuguesa tinha da escola.

14 Lá fora

Cooperação europeia em educação e formação: o Quadro Estratégico para 2020

Teresa Gaspar

Neste artigo, dá-se conta dos objectivos e resultados alcançados com o programa de trabalho Educação e Formação 2010 e apresenta-se o Quadro Estratégico para a Educação e Formação 2020.



18 Entrevista a José Morais

Níveis de referência para melhorar

a aprendizagem da leitura e da escrita

Elsa de Barros

José Morais, coordenador do estudo sobre os níveis de referência de desenvolvimento da leitura e da escrita, fala sobre os principais objectivos deste estudo, como está a decorrer no terreno e qual o impacto esperado no sistema educativo.



24 Dossier

Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Como se pode educar para o desenvolvimento sustentável?

Neste dossier reflecte-se sobre as implicações deste conceito e mostram-se respostas de algumas escolas a este desafio.

54 Reflexão e acção

Como usar canções na aula de línguas

Pedro Miguel Dias

A música pode marcar presença em diferentes momentos de uma aula de línguas, através do recurso a materiais autênticos, essenciais para transmitir uma língua viva.



60 Meios e materiais

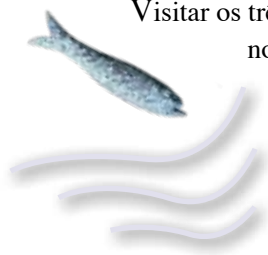
62 Visita de estudo

Visitar os três porquinhos...

no Museu do Trabalho Michel Giacometti

Elsa de Barros

O Museu do Trabalho Michel Giacometti desafia os visitantes mais novos a viverem a história de “Os três porquinhos”, percorrendo os diferentes núcleos do museu.



66 Com olhos de ver

A moda, os modos, de modo que...

Adelaide Borges

A imagem de um modelo masculino num desfile serve de ponto de partida para uma reflexão sobre a forma como a moda comunica, numa linguagem não verbal, o estilo, a identidade psicológica e social do indivíduo que a veste.



Destacável

À descoberta da I República

Célia Martins, Elisa Travessa, Ilusinda Logrado, Isabel Preto e Julieta Mendes

Apresenta um conjunto de actividades destinadas a alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, que poderão ser desenvolvidas pelos docentes de diferentes áreas curriculares no âmbito das comemorações do Centenário da Implantação da República Portuguesa.



O TERCEIRO D

“Desenvolver” era o “terceiro D” do programa do 25 de Abril de 1974 e nele tem Portugal estado quase desesperadamente empenhado desde então.

Mas o “desenvolvimento” com que nessa altura se sonhava foi sofrendo alterações. Demo-nos conta de que o desenvolvimento económico era necessário para que houvesse um desenvolvimento cultural, educativo e da qualidade de vida da sociedade, mas que também só era possível se houvesse esse outro desenvolvimento mais qualitativo e centrado nas pessoas.

Por outro lado, mundialmente, questionava-se o modelo de desenvolvimento económico assente no crescimento do consumo de energia e recursos naturais. As imagens transmitidas pelos satélites vieram dar uma consciência global da fragilidade do nosso planeta. E os países já desenvolvidos questionavam o crescimento dos outros, dos que estavam, como então se dizia, “em vias de desenvolvimento”. Estes insurgiam-se: “Gastaram os vossos recursos e agora não querem que usemos os nossos?!”

O conceito de “desenvolvimento sustentável” parece conseguir ultrapassar estas contradições e harmonizar o desenvolvimento económico e a conservação ambiental, o crescimento económico e o desenvolvimento social, cultural, educativo, o global e o local, a acção a nível da ONU, dos países e dos indivíduos.

Ora se há aprendizagem em que a escola se envolveu foi na educação ambiental. Creio que mesmo os críticos mais críticos da escola reconhecerão que, nas últimas décadas, a escola, sobretudo do 1.º ciclo, promoveu aprendizagens neste domínio que, aliás, através das crianças chegaram também a muitos adultos.

A tomada de consciência de que os recursos naturais são finitos, que o ambiente é um bem a preservar e que todos devemos contribuir através dos novos “3 R” (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) foi uma mensagem que “passou” bem na escola. Era simples, clara e racional. Os professores compreenderam-na e foram sensíveis à sua necessidade. Houve um envolvimento e produção de materiais quer do Estado quer de ONG empenhadas e activas.

Trata-se agora de dar mais um passo. De combinarmos esta educação para a protecção do ambiente com as competências necessárias ao desenvolvimento (o empreendedorismo, a criatividade e a capacidade de inovar, correr riscos e tomar decisões ...); a consciência individual com o conhecimento mundial; a capacitação da criança a nível local com a sua capacitação como “cidadã do Mundo”.

Maria Emília Brederode Santos



UM DIA PARA TODOS

Campanha Global pela Educação convida os professores a participarem na "Sema-na de Acção" que decorrerá entre 19 e 25 de Abril.

A organização disponibiliza um caderno de actividades que têm como objectivo ajudar a reflexão sobre desigualdades no acesso à educação e sobre o papel fundamental da educação no desenvolvimento humano, social, político, económico e cultural. ::

Poderá encontrar mais informação em: www.educacaoparatodos.org

Mariana Hancock
Campanha Global pela Educação

PROJECTO JÁ SEI LER



O projecto, promovido pelo Plano Nacional de Leitura, pretende incentivar a leitura em família, através da interacção entre a escola e as famílias dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, disponibilizando materiais e sugestões de actividades.

O projecto privilegiará o empréstimo domiciliário de livros da biblioteca escolar adequados para a leitura em família, e pode ser realizado a par da troca de livros entre alunos, recorrendo à utilização de uma mochila para levar livros para casa, de forma rotativa, enquanto estratégia de diversificação da leitura. ::

Para mais informações, consultar www.planonacionaldeleitura.gov.pt

EB

JORNAIS E REVISTAS NO PORTAL DAS ESCOLAS

O Portal das Escolas disponibiliza jornais e revistas uma área de jornais e revistas direccionada a professores registados para ser utilizada em contexto pedagógico.

Esta área consiste num arquivo documental histórico, desde 1910, facilmente pesquisável, da imprensa escrita, que disponibilizará progressivamente um total de um milhão e duzentas mil páginas de jornais e revistas do Grupo Impresa, alguns títulos já extintos e outros ainda em circulação, como *A Capital*, *História*, *O Jornal*, *Sete*, *Expresso*, *Jornal de Letras e Visão*. ::

Para mais informações, consultar www.portaldasescolas.pt

EB

A EUROPA DOS RESULTADOS - DESCOBRE A TUA EUROPA

As duas publicações "Descobre a Tua Europa", realizadas no âmbito do projecto A Europa dos Resultados, uma dirigida a alunos do ensino secundário dos cursos científico-humanísticos e profissionais, e outra aos respectivos professores, estão disponíveis



em formato digital e vão ser distribuídas gratuitamente, a nível nacional, em formato impresso. Produzidas pela Setepés – Projectos Artísticos e Culturais, as publicações abordam aspectos relacionados com os resultados que a União Europeia tem vindo a alcançar ao longo dos anos, os deveres e os direitos decorrentes da cidadania europeia e, ainda, o ensino na União Europeia, entre outros.

O projecto A Europa dos Resultados, promovido pela Representação da Comissão Europeia em Portugal, foi desenvolvido em parceria com o Centro de Informação Europeia Jacques Delors e com a Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, do Ministério dos Negócios Estrangeiros. ::

Para mais informações, consultar www.rbe.min-edu.pt

EB

ALTERAÇÕES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular divulga a publicação *Educação Inclusiva – Da retórica à prática*, na qual descreve as alterações introduzidas, entre 2005 e 2009, na educação especial, testemunhando o trabalho realizado junto das escolas, dos professores e dos alunos com necessidades educativas especiais.

Para atingir o objectivo de assegurar a todos os alunos com necessidades educativas especiais as melhores condições para aprendizagens de qualidade numa escola inclusiva, foram tomadas diversas medidas, nomeadamente a criação de um grupo de recrutamento de docentes específico para a educação especial e de uma rede de escolas e de agrupamentos de referência, nos quais existem unidades de apoio especializado, destinadas às diferentes problemáticas.

A implantação de uma rede de Centros de Recursos para a Inclusão e a utilização da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – versão crianças e jovens (CIF - CJ) para a identificação dos alunos que necessitam dos apoios especializados são outras medidas adoptadas neste âmbito. ::

Para mais informações, consultar www.dgicd.min-edu.pt

EB



EDUCAÇÃO EM NÚMEROS

O número de alunos, de professores e de pessoal não docente registou um aumento entre 2006/2007 e 2007/2008, de acordo com a publicação *Educação em Números – Portugal 2009*, divulgada pelo Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.

No referido período, o número de alunos aumentou de 1 670 763 para 1 701 482, enquanto o de professores subiu de 161 090 para 163 938. No que se refere ao pessoal não docente, o número cresceu de 75 966 para 76 009.

É de salientar a descida da taxa de retenção e de desistência nos ensinos básico e secundário, respectivamente, de 10% para 7,7%, e de 24,6% para 20,6%. Este facto repercutiu-se no número de alunos que em Portugal concluíram os ensinos básico e secundário, em termos globais, verificando-se um crescimento de 192 496 para 214 715.

A diversificação da oferta educativa e formativa no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário teve impacto no número de docentes, que registou uma subida de 82 415 para 83 794 nestes dois níveis de ensino. ::

Para mais informações, consultar www.gepe.min-edu.pt

EB



NA PISTA DA REPÚBLICA

A Hemeroteca Municipal de Lisboa organiza percursos temáticos relacionados com as comemorações do Centenário da República, ao longo dos quais procura dar a conhecer os acontecimentos históricos nos locais da cidade de Lisboa onde ocorreram. O Roteiro Patrimonial “Associativismo, Educação e Habitação” inclui uma visita aos centros republicanos, associações e escolas criadas durante a I República, com uma referência às universidades e bairros mais importantes edificados durante este período, finalizando-se o percurso com uma visita guiada à exposição Lisboa Republicana, patente na Galeria dos Paços do Concelho, até 31 de Março de 2010. ::

Para mais informações, consultar www.cm-lisboa.pt

EB

AFINAL HÁ “DESENRASCANÇO” ESTUDANTIL!

O Gabinete do Desenrascanço Estudantil, em São Miguel de Machede, em Évora, promove o sucesso escolar dos alunos da zona de uma forma inovadora e surpreendente: até à data, todos os jovens que têm frequentado o Gabinete do Desenrascanço têm tido sucesso escolar. O projecto está enquadrado no Programa de Bolsas de Estudo Flámina Salgueiro e surge em 2000, por iniciativa da Suão/Escola Comunitária de São Miguel de Machede, baseado no modelo de aprendizagem PADéCA (Programa de Auxílio ao Desenvolvimento da Capacidade de Aprender) de Jean Berbaum. Assenta nos conceitos de «mentorado» (apoio de estudantes a estudantes) e de mediação (contacto intermediado entre as famílias e as escolas) e é gratuito para os participantes. No entanto, não abdica de algumas contrapartidas de natureza comunitária e intergeracional, uma vez que os jovens retribuem o apoio, organizando actividades destinadas a toda a comunidade, como, por exemplo, o projecto comunitário Brigada Assinatura, que consistiu na promoção da aprendizagem da assinatura por parte dos idosos analfabetos. O Instituto Português da Juventude e a Segurança Social são parceiros deste projecto. ::

Dora Pacheco e Patrícia Ramalho
Suão – Associação para o Desenvolvimento Comunitário

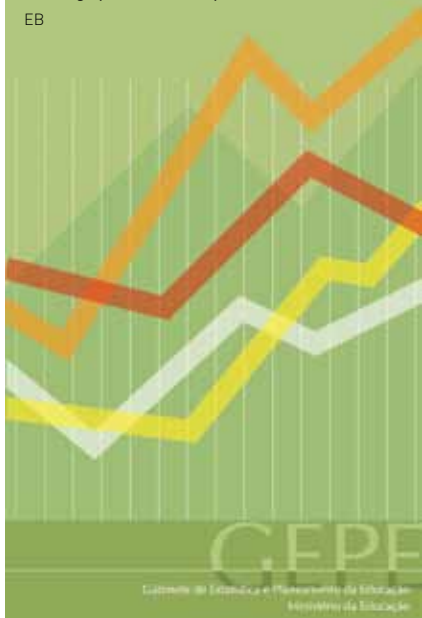
REGIME DE FRUTA ESCOLAR

O Regime de Fruta Escolar, instituído no âmbito da União Europeia, consiste na distribuição de uma peça de fruta, pelo menos duas vezes por semana, aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico das escolas públicas.

Os estabelecimentos de ensino podem apresentar às respectivas direcções regionais de educação propostas de medidas de acompanhamento, entre as quais se contam a organização de visitas a quintas, mercados e centrais hortofrutícolas e o fornecimento de sacos de sementes destinadas à realização de sementeiras. ::

Para mais informação, consultar www.dgdc.min-edu.pt.

EB



ROTEIRO PARA MUDAR O MUNDO

A Academia Metropolitana da Sustentabilidade, recentemente criada, tem como objectivo proporcionar aos cidadãos da área metropolitana do Porto, de todas as idades, um roteiro de formação prática para mudar o Mundo, através da sensibilização de embaixadores da sustentabilidade.

As alterações climáticas são o grande desafio do século XXI e uma oportunidade para promover mudanças sociais e económicas. Como é que estas alterações nos vão afectar? O que podemos fazer, em casa e nos locais de estudo e trabalho, no dia-a-dia, para tornar o Mundo um lugar mais ecológico?

No sentido de dar resposta a estas e outras questões, algumas das actividades previstas no roteiro de formação da Academia Metropolitana da Sustentabilidade incluem uma visita à Casa Solar (arquitectura bioclimática e painéis solares), produção de biodiesel, construção de fornos solares, test drive de veículos eléctricos e plantação de árvores, para compensação de emissões.

A Academia Metropolitana da Sustentabilidade é uma iniciativa do Centro Regional de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto (CRE_PORTO), reconhecido pela Universidade das Nações Unidas, promovido, nomeadamente, pela Universidade Católica Portuguesa, pela Área Metropolitana do Porto e pela Direcção Regional de Educação do Norte. ::

Para mais informações, consultar www.creporto.blogspot.com

EB



A ESCOLA, JARDINEIRA DA SUA TERRA



O projecto Ajudar/Espaços verdes/Horta Biológica mostra aos alunos da Escola EB 2,3 Teixeira Lopes, em Vila Nova de Gaia, que há dez anõezinhos em cada um deles que os ajudam a etiquetar árvores ou a cuidar da horta biológica ou até a fazer a compostagem com restos de frutos e hortaliças que trazem de casa. Respondendo a uma necessidade real, os professores que participam no projecto distribuíram por várias turmas diferentes tarefas e envolveram a comunidade na resolução de um problema: como preservar os espaços amplos da escola, que pertencem a todos, promovendo ao mesmo tempo a qualidade ambiental e a saúde e contribuindo para formar cidadãos respeitadores do ambiente, que se preocupem em identificar práticas que colocam em risco a sustentabilidade do Planeta.

O projecto é desenvolvido em parceria com a Câmara. A escola pertence ao grupo das eco-escolas e os alunos participam de diferentes formas: desde construir compostores de madeira, para os consciencializar da importância do equilíbrio e da diversidade do ecossistema agrícola, até realizar visitas de estudo a aterros sanitários para perceberem a transformação por que passa o lixo e o que acontece quando este não é tratado. ::

Eunice Peixoto
Escola EB 2/3 Teixeira Lopes

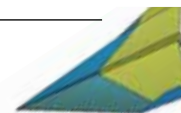
PARTICIPAÇÃO DE ESCOLAS NOS DIAS DA MÚSICA 2010

A edição de 2010 dos Dias da Música, destinada às escolas do ensino artístico especializado da música, públicas, do ensino particular e cooperativo e profissionais, tem lugar nos dias 23, 24 e 25 de Abril, no Centro Cultural de Belém. Consagrada ao tema "A Música e as Paixões da Alma", esta iniciativa pretende apresentar em concerto as candidaturas seleccionadas, no âmbito do evento Escolas em Palco nos Dias da Música, cujo tema será "A Peça Favorita".

As escolas podem apresentar propostas de candidatura a uma ou a duas das seguintes modalidades de participação: composição, sempre no âmbito da música erudita, e execução de obras de qualquer compositor, de qualquer período da história da música erudita. ::

Para mais informações, consultar www.anq.gov.pt

EB



O FUTURO DO BRINCAR DAS CRIANÇAS

O International Council Children's Play (ICCP) vai realizar a 25.ª conferência, intitulada Children's Play: New Goals for the Future, em Lisboa, entre 17 e 19 de Junho.

A conferência será organizada pela Faculdade de Motricidade Humana e procurar-se-á que o debate de todos os interessados nesta questão contribua para a definição de novos objectivos e orientações para o futuro do brincar e ajude a prevenir o declínio deste direito de todas as crianças. Será por isso um momento para se discutir a evolução do brincar e das brincadeiras das crianças, partilhando-se experiências sobre métodos, projectos e investigações.

Na conferência irão abordar-se os princípios básicos do brincar, para além de se relacionar esta actividade com os seguintes temas: literacia, design, actividade física, novas tecnologias, recreio, brinquedos, segurança, cidade, aprendizagem, violência, futuro. ::

Para mais informações, consultar o sítio do ICCP: www.fmh.utl.pt/25iccp/

HS



PRESEÇA PORTUGUESA EM HAVANA

Sérgio Nogueira e António Costa Valente representaram Portugal no Forum El Universo Audiovisual del Niño Latinoamericano, que decorreu em Havana entre os dias 7 e 12 de Dezembro.

O Fórum está integrado no Festival de Cinema Latino-Americano de Havana e constitui um espaço de reflexão e de debate sobre as questões actuais da educação para os *media* no contexto latino-americano, contando com a participação de delegados oriundos da América Latina e da Europa. Os dois portugueses estiveram presentes por convite da organização, pelo seu reconhecido percurso nesta área: Sérgio Nogueira é docente da Escola EB 2,3 Dr. João de Barros e autor do *software* didáctico de animação ANIMATROPE e António Costa Valente é docente da Universidade de Aveiro, director do Cineclub de Avanca e um dos realizadores e produtor da primeira longa-metragem de animação portuguesa Até ao Tecto do Mundo.

Os dois profissionais portugueses aproveitaram também a sua estada para conhecer o actual panorama cinematográfico cubano ao nível do ensino e da produção e para realizar um workshop de animação com crianças de uma escola primária com o *software* ANIMATROPE. ::

Sérgio Nogueira

Escola EB 2, 3 Dr. João de Barros

FESTIVAL DE VERÃO

Coros, orquestras e bandas de crianças e jovens estão convidados a participar no II Festival Internacional de Música da Juventude que vai decorrer na cidade de Bratislava entre 8 e 11 de Julho. Os concorrentes deverão inscrever-se até ao dia 15 de Abril. ::

Para mais informações consultar

<http://www.choral-music.sk/en/festival/detail/5>

HS

AS CRIANÇAS DA ENCRUZILHADA

O direito à educação de uma geração de crianças dos países mais pobres poderá estar ameaçado como consequência da crise financeira, alerta o relatório de 2010 "Reaching the marginalized", da Education for All (EFA).

O relatório vem mostrar que a pressão da crise nos orçamentos dedicados à educação já está a ter consequências: 72 milhões de crianças ainda são privadas do seu direito à educação por terem nascido numa região ou numa família desfavorecida.

Parte do desafio de responder à marginalização passa pela diversidade de situações que abrange e pela especificidade de respostas que pede, mas é necessária uma abordagem mais ampla, que contemple a inclusão social e a redução da pobreza. Caminhos apontados passam por programas de protecção social, de intervenção precoce e de saúde materna, ou medidas como abolir as propinas das escolas e garantir o acesso ao material escolar, construir escolas mais perto de comunidades isoladas ou melhorar a formação dos professores.

No prefácio do relatório, a directora-geral da UNESCO, Irina Bokova, alertou para o facto de estarmos numa encruzilhada e para que a crise que se vive poder constituir uma oportunidade única para se desenvolverem sistemas educativos efectivamente capazes de promover a integração, pondo fim a todas as formas de marginalização. ::

HS



O FACEBOOK NOS EXAMES!

Alunos dinamarqueses do ensino secundário realizam exames de final de ano com recurso à Internet, seguindo um novo sistema de exames que está a ser testado em catorze escolas piloto.

Durante o exame, os alunos podem aceder a qualquer sítio que considerem pertinente para a realização da prova e pretende-se que sejam capazes de navegar até à informação necessária para desenvolver as questões do enunciado. De acordo com o Ministério da Educação dinamarquês, os exames devem ser um reflexo da rotina dentro da sala de aula e a rotina dentro da sala de aula deve ser um reflexo do que se passa fora da escola. E, neste momento, o uso da internet na vida quotidiana é inegável e incontornável. Por isso, o Ministério gostaria de alargar este novo sistema de exames a todas as escolas do país em 2011. A questão de os alunos poderem mais facilmente copiar é encarada de forma muito pragmática. É proibido enviar mensagens online durante a realização do exame e os professores confiam na integridade dos alunos, considerando que as consequências são suficientemente dissuasoras. ::

HS



Diário de Susana Dolores

Professora de Língua Portuguesa na Escola EB 2,3 D. Jorge de Lencastre, Susana Dolores respondeu ao desafio que lhe foi lançado para ter um pé na escola e outro na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Grândola. O contacto com esta realidade paralela ao mundo da escola deu-lhe um outro olhar sobre os alunos e transformou grandes problemas a nível escolar em pequenos problemas comparados com a realidade com a qual se deparou.

Sexta-feira 24 de Julho

Uma proposta surpreendente

Último dia de trabalho antes do início das férias. Ano lectivo encerrado, relatórios entregues, papéis arrumados, pensamentos virados para o descanso que se aproxima... E de repente, uma proposta perfeitamente inesperada por parte da Direcção do Agrupamento – ser a representante do Ministério da Educação na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Grândola. Socorro! O que é que eu faço? Na minha cabeça, o ano lectivo seguinte já estava mais ou menos definido: tinha sido seleccionada, juntamente com a coordenadora do Departamento de Línguas, para a implementação na escola dos Novos Programas de Português, o que implicaria uma redução no número de horas lectivas, mas iria, obviamente, dar continuidade às turmas que leccionara no ano anterior. E agora? Aceitar o cargo na CPCJ implica ter apenas meio horário na escola, isto é, uma única turma. Por outro lado, não aceitar significa dizer não a um novo desafio, com sérias probabilidades de vir a arrepender-me mais tarde. E achava eu que ia ter umas férias tranquilas... Socorro!



Terça-feira 1 de Setembro

Um ano diferente

Início de mais um ano lectivo. Dei por mim a pensar numa professora da faculdade (confesso que já não me lembro do nome) que uma vez nos disse que pertencia ao grupo, cada vez mais reduzido, de “parvos” que estão no ensino por gosto. A verdade é que eu, quase duas décadas depois, ainda continuo a incluir-me nesse grupo. E é por isso que, neste início de ano lectivo, não consigo deixar de me sentir um pouco apreensiva. Aceitei a proposta da Direcção e vou dividir o horário entre a CPCJ e a escola. Ou seja, eu, que sempre fui professora a tempo inteiro, vou agora ser professora apenas a meio tempo. É muito estranho! Mas, por outro lado, ter apenas uma turma vai permitir-me ter mais disponibilidade para preparar materiais e actividades e, claro, para corrigir as resmas de trabalhos que costumo pedir aos alunos. Decididamente, este vai ser um ano diferente!



Terça-feira 15 de Setembro

O reencontro com os meus meninos

14h55. Primeira aula de Língua Portuguesa com o 9.º A, turma que acompanhei, como professora e directora de turma, ao longo de todo o terceiro ciclo e que tem, neste ano lectivo, apenas uma cara nova, o Diogo.

Confesso que este é para mim o momento mais aguardado dos três anos. Por um lado, vamos trabalhar Camões e Gil Vicente, o que me agrada sempre bastante. Por outro, iniciar as actividades, depois de dois anos de trabalho conjunto, é bem mais fácil: as apresentações estão feitas, as regras definidas, a metodologia de trabalho já não é segredo para ninguém. Portanto, “mãos à obra e vamos começar a trabalhar que o 9.º ano espera por nós!” Resposta imediata: “Trabalhar?! Já na primeira aula?!” Era inevitável. Afinal, há coisas que nunca mudam...

Quinta-feira 17 de Setembro

Um outro olhar

Início do trabalho na CPCJ. Reunião da Comissão Restrita.

Primeiro contacto com alguns dos casos acompanhados pela Comissão. Aqueles jovens que eu, enquanto professora, estava habituada a ver, até aqui, apenas como alunos aparecem agora como elementos de agregados familiares, muitas vezes extremamente complexos, com vivências bem pouco adequadas à sua condição de jovens. E a partir daí, olhamos para eles numa perspectiva completamente diferente. Saber distinguir um verbo transitivo de um verbo intransitivo torna-se um mero pormenor, quando na nossa frente está uma criança para a qual os maus-tratos (físicos ou psicológicos) são uma constante.



Parece-me agora que vão ser muitos os momentos de frustração. Há situações que, por mais que nos custe, não conseguimos alterar e outras que, por serem insustentáveis, se alteram, mas sem certezas de melhoria. Como diz o presidente da Comissão, na escola, as nossas decisões traduzem-se em aprovações e reprovações que podem ter repercussões na vida do aluno, mas a este nível, uma decisão interfere mesmo, directamente, na vida da criança ou do jovem. Imagino que tenhamos de ficar contentes com as pequeninas vitórias e aprender a viver com as desilusões.

Quarta-feira 23 de Setembro

Procuram-se ideias brilhantes

8h30. Aula de Formação Cívica. Há que dar continuidade ao projecto/concurso promovido pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, “Escola Alerta – acessibilidade a todos”.

No ano lectivo 2006/2007, alguns alunos da turma já haviam participado neste projecto, tendo feito o levantamento, na escola e na comunidade, de algumas barreiras arquitectónicas que impediam ou dificultavam o acesso a pessoas com incapacidade física. No ano lectivo anterior, quando os desafiei para uma nova participação, surpreenderam-me com uma sugestão inovadora: encarar a questão da igualdade de oportunidades numa perspectiva completamente diferente, focando o trabalho num dos alunos da turma portador de síndrome de Asperger. Ainda tentei alertá-los para as dificuldades de um projecto deste género, mas confesso que me deixei contagiar pelo entusiasmo de alguns alunos. O problema é que nem sempre o entusiasmo vem acompanhado de ideias brilhantes, nem da dose necessária de espírito de iniciativa e por isso, volta e meia, lá tenho de recorrer ao sermão para tentar pôr toda a gente a trabalhar. No entanto, independentemente do resultado final (Um livro? Uma exposição? Uma apresentação em PowerPoint?), a reflexão que os alunos vão fazendo e a vontade de transmitir informações e vivências justificam, na minha opinião, todos os sermões que entretanto foram necessários.



Segunda-feira 2 de Novembro

De cá para lá, de lá para cá

Estou na Comissão, mas entre atendimentos, abertura de processos e envio de correspondência, a minha metade de professora não consegue deixar de pensar que já estamos a meio do primeiro período e que amanhã é o conselho de turma intercalar do 9.º A. Preciso de preparar a reunião. E de elaborar uma ficha de avaliação para a competência da leitura. E de corrigir as fichas sobre conhecimento explícito da língua. E as de compreensão oral. E de inventar mais frases para os exercícios de divisão e classificação de orações. E de convocar alguns encarregados de educação. E de continuar a leitura/análise dos Novos Programas de Português. E de fazer as actividades propostas pela formadora. Trabalho! Trabalho! Trabalho!

Começo a perceber que aquela minha teoria de que, neste ano, iria ter mais tempo para preparação e correcção de materiais era um bocadinho utópica. Aliás, é frequente ter de correr (literalmente) da escola para as instalações da CPCJ e vice-versa. E muitos dias, depois de ter contactado na Comissão com alguma situação mais complicada, corro para a aula, ansiosa por ouvir os comentários (e os disparates) típicos de jovens sem outros grandes problemas para além da “preguicite” e de alguma falta de responsabilidade.



Não deixa de ser curioso, quando ouço colegas comentar problemas de comportamento de alguns alunos, perceber que dou por mim a sorrir e a pensar que, de facto, as nossas prioridades não podem ser sempre as mesmas. Sofrem, por vezes, mudanças.

Sexta-feira 18 de Dezembro

*Língua Portuguesa ou...
Matemática?*

O tempo voa... É tempo de avaliar o trabalho desenvolvido. Há muito que os alunos perceberam que fazer a auto-avaliação não é dizer a nota que gostariam de ter. Nem sequer dizer qual a nota que acham que merecem. A auto-avaliação é uma tarefa demorada e para a qual precisam de uma calculadora. Há que pegar no portefólio e, com base nas pilhas de trabalhos feitos, calcular as percentagens para cada uma das competências e provar que a nota pretendida é merecida.

São aulas em que há sempre braços no ar a pedir ajuda: “Professora, falta-me a ficha sobre a divisão de orações!”; “Professora, onde é que eu arquivo a notícia?”; “Professora, dá-me uma percentagem de 214% para a leitura!” Perguntas e mais perguntas! E ainda o aluno com síndrome de Asperger que, volta e meia, me trata pelo nome, e cujas perguntas fogem, muita vezes, ao assunto que estamos a tratar. O que seria de mim sem o meu par pedagógico das sextas-feiras?

Percorremos quilómetros para tentar “apagar todos os fogos”: a ficha sobre a divisão de orações estava esquecida no caderno de Estudo Acompanhado, a notícia, obviamente, arquivava-se no separador da escrita, e os 214% afinal não eram mais de 21.4%... (Nada mau para uma competência cujo total é 30%.)

Entre fichas, dúvidas e calculadoras, vê-se o orgulho que cada um tem no seu portefólio. Houve quem se esmerasse. “Inês esmiúça o Português”, da Inês, claro, ou o “Do ler ao escrever”, da Rafaela, são só alguns exemplos. Espero, no entanto, que os pais não vejam apenas a parte estética, mas tenham (à semelhança do que é pedido aos filhos) um olhar crítico sobre as produções e reflexões dos respectivos educandos. ::

Situações de risco



De acordo com a lei de protecção de crianças e jovens em perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro), a criança ou o jovem está em perigo quando se encontra numa das seguintes situações:

- Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação. ::

COOPERAÇÃO EUROPEIA EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO: O QUADRO ESTRATÉGICO PARA 2020

A aprendizagem ao longo da vida constitui o princípio orientador do quadro estratégico para o desenvolvimento dos sistemas de educação e formação até 2020, nos países da União Europeia, integrando todos os níveis de educação e ensino.

Texto de **Teresa Gaspar**
Ilustração de **Dinis Mota**





No contexto da Estratégia de Lisboa, os Estados-membros acordaram, em 2001, desenvolver a cooperação europeia em matéria de educação e formação, tendo fixado objectivos comuns a serem alcançados no horizonte de 2010.

Os progressos realizados com o programa de trabalho Educação e Formação 2010, apesar de lentos, parecem indicar uma melhoria geral dos sistemas de educação e de formação nacionais, designadamente nos domínios da aprendizagem ao longo da vida, da modernização do ensino superior e na aquisição de competências essenciais em todos os níveis de ensino e formação, bem como na adopção do quadro europeu de competências essenciais enquanto referência para as reformas curriculares em curso.

No sentido de aumentar a eficácia da cooperação europeia encetada, o Conselho Europeu, realizado em 12 de Maio de 2009, definiu um quadro estratégico para o desenvolvimento dos sistemas de educação e formação até 2020 nos diferentes países da União Europeia.

Numa breve síntese, apresentam-se de seguida os objectivos e resultados alcançados com o programa de trabalho Educação e Formação 2010 e o Quadro Estratégico para a Educação e Formação 2020.

Na reforma do ensino na União Europeia, muito já foi alcançado mas ainda há muito para fazer.

OS OBJECTIVOS COMUNS DO PROGRAMA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO 2010

Num comunicado divulgado no final de Novembro de 2009, intitulado “Reforma do ensino na União Europeia: muito já foi alcançado, mas muito há ainda para fazer”, a Comissão Europeia apresentou o balanço dos progressos realizados pelos Estados-membros no que respeita às cinco principais metas definidas para 2010:

1. Redução da percentagem de alunos de 15 anos com fraco aproveitamento em leitura para menos de 20%;
2. Redução do abandono escolar precoce para não mais de 10%;
3. Aumento da taxa de jovens de 22 anos de idade com ensino secundário completo para 85%;
4. Aumento de 15% dos diplomados em matemática, ciências e tecnologia e redução das desigualdades de género;
5. Participação de pelo menos 12,5% de adultos em acções de aprendizagem ao longo da vida.

Em Portugal, os indicadores relativos às taxas de abordagem escolar precoce e de conclusão do ensino secundário apresentam os maiores desvios relativamente às médias europeias.

Apesar de todos os países terem feito esforços para melhorar os seus resultados, apenas a meta relativa ao aumento dos diplomados em matemática, ciências e tecnologia foi alcançada, tendo-se verificado, pelo contrário, o agravamento da situação dos alunos de 15 anos com baixo nível de literacia.

A redução da taxa de abandono escolar precoce, o aumento do número de jovens que concluem o ensino secundário e a participação de adultos em acções de aprendizagem ao longo da vida registaram progressos, não tendo sido, porém, alcançados os valores de referência.

No que respeita a Portugal, são os indicadores relativos às taxas de abandono escolar precoce e de conclusão do ensino secundário que apresentam os maiores desvios relativamente às médias europeias – 35,4% de jovens entre os 18 e os 24 anos desistiram da escola ou da formação profissional, contra 14,9% na média nos países da União Europeia, e apenas 54,3% concluiu o ensino secundário, sendo a média europeia de 78,5%.

QUADRO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO 2020

Face a estes resultados, o novo quadro reforça a importância da cooperação europeia nos domínios da educação, formação e investigação como factor essencial para que a União Europeia possa tornar-se a economia do conhecimento mais avançada do Mundo.

A aprendizagem ao longo da vida constitui o princípio orientador de todo o quadro, incluindo a aprendizagem em todos os contextos – formal, não-formal e informal – e integra todos os níveis, desde a educação pré-escolar e escolar até ao ensino superior, educação e formação profissionais e educação de adultos.

Dada a diversidade europeia e a responsabilidade nacional de cada Estado-membro sobre os seus sistemas de educação e formação, a cooperação nesta área continuará a utilizar o método aberto de cooperação que inclui, para além da adopção de indicadores de referência e abordagens comuns, o intercâmbio de boas práticas, a apresentação periódica de relatórios e difusão de resultados, bem como o pleno aproveitamento dos programas comunitários relacionados com a aprendizagem ao longo da vida.

Os objectivos estratégicos definidos para o período de 2010/2020 são os seguintes:

1. Tornar a aprendizagem ao longo da vida e a mobilidade uma realidade;
2. Melhorar a qualidade e a eficácia da educação e da formação;
3. Promover a igualdade, a coesão social e a cidadania activa;
4. Incentivar a criatividade e a inovação, incluindo o espírito empreendedor, a todos os níveis da educação e da formação.

A concretização dos objectivos será acompanhada por *benchmarks*¹ europeus e, no sentido de tornar mais eficaz a cooperação, o período até 2020 será dividido em ciclos de trabalho (o primeiro será de 2009 a 2011), definindo para cada ciclo os domínios prioritários de cooperação entre os Estados-membros. ::

¹Indicadores e critérios de referência para o desempenho médio europeu.



Nos diagramas seguintes, apresenta-se uma breve síntese do Quadro Estratégico para a Educação e Formação 2020 aprovado:

LISTAGEM DOS BENCHMARKS EUROPEUS PARA 2010 E PARA 2020

2010	2020
Redução da percentagem de alunos de 15 anos com fraco aproveitamento em leitura para menos de 20%.	Competências básicas – redução para menos de 15% dos alunos de 15 anos com fraco aproveitamento em leitura, matemática e ciências.
Percentagem de abandono escolar precoce não superior a 10%.	Abandono precoce da educação e formação – percentagem de alunos que abandonam o ensino e a formação deverá ser inferior a 10%.
Aumento da taxa de jovens de 22 anos de idade com ensino secundário completo para 85%.	Educação pré-escolar – frequência de pelo menos 95% das crianças entre os 4 anos e o início da escolaridade obrigatória.
Aumento de 15% dos diplomados em matemática, ciências e tecnologia e redução das desigualdades de género.	Conclusão do ensino superior – percentagem de adultos de 30 a 34 anos com nível de ensino superior deverá ser de pelo menos 40%.
Participação de pelo menos 12.5% de adultos em acções de aprendizagem ao longo da vida.	Participação de adultos na aprendizagem ao longo da vida – pelo menos 15% de adultos entre os 25 e os 64 anos.

DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS PARA A COOPERAÇÃO EUROPEIA (2009 A 2011)

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	PROSSEGUIMENTO DE TRABALHOS	COOPERAÇÃO A DESENVOLVER
1. Tornar a aprendizagem ao longo da vida e a mobilidade uma realidade	<ul style="list-style-type: none"> – Estratégias de aprendizagem ao longo da vida e reconhecimento e validação de aprendizagens – Quadro Europeu de Qualificações e ligação aos sistemas nacionais de qualificação 	<ul style="list-style-type: none"> – Intensificação da mobilidade dos alunos ao nível do ensino superior e de outros níveis de ensino
2. Melhorar a qualidade e a eficácia da educação e da formação	<ul style="list-style-type: none"> – Aprendizagem de duas línguas além da língua materna – Desenvolvimento profissional dos professores e formadores e qualidade da formação inicial – Governança e financiamento, promovendo a modernização do ensino superior, a qualidade da Educação e Formação Profissional (EFP) e a sustentabilidade do investimento público 	<ul style="list-style-type: none"> – Investigação e boas práticas para o desenvolvimento de competências básicas nos domínios da leitura, da matemática e das ciências – Consideração das necessidades do mercado de trabalho “Novas competências para novos empregos”
3. Promover a igualdade, a coesão social e a cidadania activa	<ul style="list-style-type: none"> – Abandono precoce da educação e da formação, melhorando as medidas de prevenção e investindo na cooperação entre os sectores educativo geral e profissional 	<ul style="list-style-type: none"> – Educação pré-escolar: generalização da igualdade de acesso e da qualidade da educação e apoio aos docentes – Migrantes: aprendizagem mútua de boas práticas de ensino – Alunos com necessidades especiais: promoção da educação inclusiva
4. Incentivar a inovação e a criatividade, incluindo o espírito empreendedor, a todos os níveis da educação e da formação	<ul style="list-style-type: none"> – Competências-chave transversais e sua integração nos currículos escolares e de formação, bem como nos processos de avaliação 	<ul style="list-style-type: none"> – Desenvolvimento de métodos inovadores de ensino e aprendizagem e de formação com recurso a TIC – Desenvolvimento de parcerias entre os estabelecimentos de ensino e formação e as empresas, as instituições de investigação, os actores culturais e as indústrias criativas

José Morais

Da equipa convidada pelo Plano Nacional de Leitura (PNL) para realizar o estudo sobre os níveis de referência de desenvolvimento da leitura e da escrita, José Morais, coordenador do estudo, e duas colaboradoras, Cristina Carvalho e Isabel Leite, explicaram à Noesis quais os principais objectivos do projecto, como está a decorrer no terreno e qual o impacto esperado no sistema de ensino.



Entrevista de **Elsa de Barros**
Fotografias de **Jorge Padeiro**



Níveis de referência para melhorar a aprendizagem da leitura e da escrita

Qual o principal objectivo do estudo sobre os níveis de referência de desenvolvimento da leitura e da escrita?

O objectivo é definir, para cada ano de escolaridade, do 1.º ao 6.º, níveis de leitura e de escrita que as crianças devem atingir no final do ano lectivo. Uma vez que temos de ter em conta as diferentes habilidades que fazem parte ou estão associadas à leitura e à escrita, concebemos uma bateria alargada de testes para verificar o desempenho das crianças.

Quando é que o estudo teve início?

O estudo foi proposto há dois anos pelo PNL. A primeira aplicação dos testes foi em 2008 e só no final do ano lectivo de 2010 estará completa a recolha dos dados. Depois, segue-se uma fase de análise desses dados, que vai ser importante, porque foram testadas centenas de crianças e aplicados cerca de 30 testes, em diferentes domínios.

Como é que a equipa se organizou para começar a trabalhar?

Antes de preparar os testes, definimos três grandes sectores. É por isso que estão três pessoas no grupo de trabalho: a Cristina Carvalho centra-se na fonologia e na metafonologia, incluindo a consciência dos fonemas; a Sandra Fernandes, nas habilidades relacionadas com o reconhecimento e a identificação de palavras escritas, culminando na compreensão de textos; e o Luís Querido, nas questões

do conhecimento preciso da ortografia das palavras, para além da composição escrita.

Qual o primeiro aspecto que pretendem testar?

Uma das ideias fundamentais é que a linguagem escrita é uma representação da linguagem oral. O sistema de escrita que utilizamos representa uma estrutura da fonologia da língua, que são os fonemas. Para aprender o sistema alfabético, as crianças aos 5, 6 anos são levadas a reflectir sobre a estrutura fonológica da língua e tomam consciência, juntamente com a aprendizagem das letras, da existência de unidades fonológicas. Começam a perceber que em “ba”, “da” e “ga” há qualquer coisa que é comum e qualquer coisa que é diferente. A questão é chegar à representação mental isolada dessas consoantes e associá-las às respectivas letras.

Como é que abordam as questões da fonologia e da metafonologia com as crianças?

O estudo inclui a percepção da fala para termos a certeza de que as crianças discriminam bem a nível puramente perceptivo. Estudamos também a memória fonológica, uma vez que pode haver diferenças entre as crianças na capacidade de reter as expressões na memória fonológica a curto prazo. A Cristina Carvalho

estuda a fonologia e, sobretudo, a metafonologia, ou seja, a reflexão sobre a linguagem, examinando, em particular, a capacidade de as crianças representarem os fonemas com qualidade. Utiliza tarefas que implicam várias operações: pode ser subtrair um fonema (ou uma sílaba, para comparação) a uma expressão, ou inverter a ordem dos fonemas numa expressão, tarefa mais complexa que, geralmente, não está ao alcance das crianças no 1.º ano.

É possível dar um exemplo concreto?

A Cristina Carvalho realiza um teste onde são dadas duas palavras, por exemplo “Dona Isaura”. É pedido à criança que isole o primeiro som de cada uma delas para formar a sílaba que resulta da sua junção – que, neste caso, será “di”. Pretendemos testar o que acontece se a segunda palavra for “inglês” (em, por exemplo, “falo inglês”): será que a criança vai pegar em “i”, a letra (então dirá “fi”), ou em “in”, o som (nesse caso, dirá “fin”)? Importa verificar em que momento do processo de aprendizagem a criança deixa de apelar ao som e passa a ter como referência a letra, ou se, pelo contrário, apela sempre à letra, independentemente do som da palavra.

Os resultados preliminares levam a crer que, inicialmente, não deve ocorrer a interferência da ortografia nesta operação. Em anos mais avançados, mesmo com a instrução “queremos saber o que resulta dos dois primeiros sons”, é comum que o conhecimento da ortografia suplante essa instrução, resultando na junção das duas letras e não dos dois sons iniciais. Entre estas duas situações, há um percurso que nos interessa estudar.

Qual o segundo aspecto que pretendem estudar?

A Sandra Fernandes ocupa-se de um outro sector que incide nas habilidades relacionadas com o reconhecimento e a identificação das palavras escritas e, ainda, com a compreensão de textos. Para estudarmos a identificação das palavras escritas, temos de considerar também um tipo de sequência de letras a que chamamos pseudo-palavra. Por exemplo, a partir da palavra janela, podemos criar a palavra “jinela”, que não existe em português, mas que seria perfeitamente possível, de acordo com as regras de organização e de sequência dos fonemas da língua. Quando se apresentam à criança pseudo-palavras, podemos ter uma medida da sua capacidade de descodificação, porque ela nunca viu essa palavra escrita. Isto porque, quando se trata de leitura de palavras, pode haver um recurso à memória ortográfica que não passa pela descodificação.

Quais as tarefas que pedem à criança para realizar neste âmbito?

Pedimos à criança que faça leitura de palavras e de pseudo-palavras, considerando vários aspectos: temos de saber se conhece as letras do alfabeto, ou se já tem conhecimento de certos grupos de letras que representam grafemas, que estão associados a um fonema, como por exemplo o “ch”, que corresponde a um fonema, mas se escreve com “c” e “h”.

A dificuldade é que ao mesmo som pode corresponder o ch ou o x...

Com certeza. As regras elementares de correspondência grafema-fonema que intervêm na leitura devem ser explicadas. Mas também há regras que são apreendidas através da prática da leitura, das quais tomamos conhecimento quase



inconscientemente, o que é válido sobretudo para as regras mais complexas. Após o ensino destas regras elementares e de outras, como as relativas à pronúncia do “c”, do “g”, do “s” e das consoantes nasais em função do seu contexto, é importante haver uma prática cada vez mais intensiva de leitura, para consolidar aquilo que já se conhece e o processo de descodificação se tornar cada vez mais rápido. É a partir do momento em que a criança não encontra mais dificuldades que descobre o prazer da leitura.

Quais os outros aspectos estudados?

A Sandra Fernandes ocupa-se de outras tarefas, porque ler também é compreender textos. Assim, temos tarefas diferenciadas tendo em conta os diversos tipos de textos, que incidem, nomeadamente, sobre habilidades que condicionam a compreensão, como o conhecimento de vocabulário, o conhecimento sintáctico e morfológico e, ainda, a fluência na leitura. Para verificarmos a evolução desta última, testamos a criança na leitura de textos, contando quantas palavras lê correctamente por minuto (no final do 1.º ano a criança deve ser capaz de ler em média 60 a 80 palavras por minuto), e também na leitura de palavras isoladas e de pseudo-palavras.

Qual é o terceiro aspecto do estudo?

O Luís Querido ocupa-se da escrita, que passa pelo estabelecimento de um léxico ortográfico no nosso cérebro.

Como foram seleccionadas as escolas que integram o estudo?

Escolhemos três agrupamentos em função do rendimento escolar dos alunos, tendo em conta os resultados das provas de aferição: uma escola com um nível de desempenho alto, outra com médio e outra com baixo. Inicialmente, começámos a trabalhar com escolas do 1.º ciclo, com alunos dos 1.º, 2.º e 4.º anos. Depois, neste segundo ano lectivo, estamos a testar o 3.º ano (que era o 2.º), o 5.º ano (que era o 4.º) e duas turmas de 6.º ano de cada uma destas escolas. Trata-se de um estudo parcialmente longitudinal: há *coortes* de crianças que só são testados duas vezes, há *coortes* como o do 6.º ano neste ano lectivo que só são



estudados uma vez, e há *coortes* que são testadas quatro vezes, por exemplo duas no 4.º ano (no ano passado) e duas no 5.º (este ano).

As escolas seleccionadas estão inseridas em diferentes meios socioeconómicos?

As escolas foram escolhidas tendo em conta o rendimento escolar dos alunos, mas verifica-se que existe uma correlação entre este e o nível socioeconómico das famílias. A confirmação da influência do nível socioeconómico não foi uma surpresa, o que não esperávamos era que na mesma turma houvesse diferenças tão significativas entre as crianças. No 1.º ano, estas diferenças talvez se possam explicar por aquilo que antecede a entrada na escola, como o facto de as crianças terem frequentado o pré-escolar ou a forma como os pais preparam os filhos para a leitura.

O que se pode fazer para lidar com estas diferenças e otimizar a aprendizagem da leitura e da escrita?

O grande desafio é a formação de professores. Actualmente, sabe-se muito mais sobre o processo de aprendizagem da leitura e da escrita no plano científico, sobre os processos psicológicos inerentes à leitura e à escrita que decorrem no cérebro da criança. É necessário melhorar não só a formação científica dos estudantes que vão ser professores, como também a formação contínua, fazendo uma reciclagem dos docentes.

O que precisam os professores de saber para estarem bem preparados para ensinarem a ler e a escrever?

Primeiro, precisam de conhecer como é que a língua funciona, o que é a fonologia, o que representa o sistema alfabético, como está organizado o código ortográfico da língua. De seguida, necessitam de saber como é

Há conhecimentos e regras que não podem ser deixados para a criança descobrir – têm de ser ensinados, têm de ser explícitos.

que a aprendizagem se processa no nosso cérebro, quais as melhores estratégias para a criança aprender a ler e a escrever, os mecanismos que tem de adquirir e por que ordem deve fazê-lo. Há uma ordem privilegiada: chegar à identificação das palavras escritas pressupõe que se compreendeu o princípio alfabético e que se adquiriu mecanismos de descodificação. E, sobretudo, há uma noção fundamental: a necessidade de uma instrução directa, porque há conhecimentos e regras que não podem ser deixados para a criança descobrir – têm de ser ensinados, têm de ser explícitos.

O que dizem os estudos mais recentes sobre o ensino da leitura?

Têm sido realizados muitos estudos. Os professores têm de ser informados sobre as melhores estratégias para as crianças aprenderem a ler. Aquela ideia de que um professor tem como referência apenas a sua experiência profissional não faz sentido porque o que é importante não é a experiência de um professor, mas sim de um conjunto de professores, e dos estudos que têm sido realizados sobre estas questões.

Onde entra a parte do prazer na leitura?

O prazer surge quando já se sabe ler e escrever. À medida que a criança faz as aquisições fundamentais para progredir na descodificação da leitura, abre caminho para compreender aquilo que está a ler e vai descobrindo o prazer de ler.

Qual o papel das famílias?

Os pais podem ter um papel importante. Ao lerem um livro, podem ir apontando com o dedo para que as crianças se apercebam de que lemos da esquerda para a direita, da separação entre as palavras, etc. E, depois, há um aspecto essencial: se os pais não lêem, qual o valor que as crianças vão atribuir à leitura? O facto de os pais terem gosto pela leitura é algo que se transmite aos filhos. É importante que existam em casa livros, revistas e jornais e que as crianças vejam os pais a ler.

Qual a opinião sobre o PNL?

O PNL tem sido extremamente importante para incentivar a leitura, apetrechar as escolas com livros e promover a articulação com as bibliotecas escolares. Mas é fundamental que se saiba mais sobre a forma como as crianças aprendem a ler e a escrever, em português, ao mesmo tempo que se estabelecem objectivos que devem ser alcançados em cada ano de escolaridade.

Quais as principais dificuldades que têm encontrado na definição de objectivos?

Há grandes diferenças entre as escolas e também entre as crianças dentro da mesma turma, o que cria dificuldades na definição de objectivos. Assim, atingir os mesmos objectivos pode constituir um trabalho muito diferente para os professores, no caso de terem uma turma maioritariamente constituída por alunos com pouco contacto com a leitura, ou de terem uma turma em que os alunos estão familiarizados com a leitura. O mesmo objectivo representa um desafio completamente diferente nestas duas situações.

Como é possível ter em conta os diferentes pontos de partida dos alunos na definição de objectivos?

Temos de fixar um ideal realista, ou seja, um ideal que tenha em conta as condições de aprendizagem, o nível de desenvolvimento cognitivo das crianças e as características do código ortográfico do português. Este ideal realista destina-se a crianças que tiveram uma certa preparação antes de entrarem no 1.º ciclo e que foram ensinadas de forma correcta durante o processo de aprendizagem. Valia a pena repensar o último ano da pré-primária, apostando-se numa instrução pré-escolar na verdadeira acepção do termo. De acordo com os dados do PNL, há crianças que estão a iniciar a escolaridade que não conhecem nenhuma letra e outras que conhecem todas. Claro que não estão em igualdade de circunstâncias.

As metas podem não ser as mesmas para todas as crianças?

Falou-se em estabelecer níveis de referência do 1.º ao 6.º ano. Pensámos distinguir várias fases no 1.º ano, não definindo apenas o que se deve alcançar no fim do ano, mas também aquilo que deve ser obtido ao fim de três meses. No entanto, recusamo-nos a imaginar que vamos definir ideais realistas que sejam diferentes segundo o rendimento da escola ou o meio socioeconómico. Porque definir um ideal para crianças de um meio socioeconómico baixo e outro para crianças de um meio socioeconómico superior significa introduzir uma discriminação que é inaceitável. Temos de estabelecer um único ideal, que pode ser mais difícil de atingir em algumas escolas.

Qual vai ser a vantagem para o sistema educativo do estabelecimento destes níveis de referência?

É importante saber o que a criança deve atingir em determinado momento do seu percurso, porque permite ao professor saber se a aprendizagem se está a processar como deve ser. Dá também ao professor uma ideia melhor do conjunto de competências que devem ser desenvolvidas ao longo do processo de aprendizagem.

Como preparar os professores para trabalharem, na prática, com estes níveis de referência?

O ideal era que houvesse uma formação a nível universitário em que se formassem x professores para darem formação aos outros, para que, em poucos anos, fosse possível dar uma formação a toda a rede de professores. Também há a ideia de fornecer materiais para que os docentes possam aplicar testes que lhes permitam avaliar várias competências específicas nas crianças, designadamente naquelas que não estão a acompanhar as aprendizagens. ::



Equipa do estudo sobre os níveis de referência de desenvolvimento da leitura e da escrita:

José Morais – Professor emérito da Universidade Livre de Bruxelas. Responsável científico pelo estudo.

Lúisa Araújo – Universidade de Lisboa. Responsável pelo grupo de trabalho em Portugal (no estrangeiro em 2010).

Isabel Leite – Universidade de Évora. Actualmente, coordenadora do grupo.

Cristina Carvalho – Estudante de doutoramento na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Ocupa-se das competências fonológicas e metafonológicas na aprendizagem da leitura.

Sandra Fernandes – Assistente na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Ocupa-se das habilidades relacionadas com o reconhecimento e a identificação das palavras escritas, assim como com a compreensão de textos.

Luís Querido – Estudante de doutoramento na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Ocupa-se do conhecimento da ortografia e da escrita.

Este grupo é assistido por uma equipa de especialistas: Arlette Verhaeghe (Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa), Armanda Costa (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), São Luís Castro (Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto), João Batista Oliveira (Instituto Alfa e Beto, Brasil) e Paulo Ventura (Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa). A comissão científica do PNL tem acompanhado as várias fases de desenvolvimento do estudo e tem feito observações e sugestões relevantes.

PERFIL JOSÉ MORAIS

DO DIREITO PARA A PSICOLOGIA DA

LEITURA. Começou por se inscrever em Direito, na Universidade de Lisboa, mas desistiu no final do 2.º ano, em 1963, altura em que passou à clandestinidade, por motivos políticos.

24 HORAS PARA DECIDIR O QUE QUERIA

ESTUDAR. Em 1968, saiu clandestinamente de Portugal e foi para a Bélgica, onde se matriculou na universidade, apesar de já correr o mês do Novembro. Com apenas 24 horas para escolher, consultou o livro onde estavam todos os cursos, com todas as cadeiras, seguiu uma vontade que já tinha... e optou por Psicologia.

A GRANDE DESCOBERTA. No 2.º ano, a Psicologia Experimental representou uma descoberta, quando percebeu que, através do método experimental, havia maneira de tratar questões filosóficas. Ficou deslumbrado com esse trabalho e, no 3.º ano, o professor da cadeira convidou-o para ser aluno assistente.

O CAMINHO PARA A LEITURA. O doutoramento foi sobre a questão da especialização hemisférica, sobretudo no campo da linguagem. Ainda antes de terminar a tese, o grupo em que trabalhava da Universidade Livre de Bruxelas interessou-se pelas questões da leitura e, a partir de 1976, começou a aprofundar esta temática.

O PRIMADO DO PRINCÍPIO ALFABÉTICO. Na experiência mais directa no ensino de crianças portuguesas que viviam na Bélgica e com os próprios filhos, confirmou aquilo que sabia da literatura relativamente à importância do princípio alfabético.

FASCÍNIO PELO QUE SE PASSA NO CÉREBRO. Os avanços da tecnologia realizados nos últimos 15 anos permitem compreender melhor o que se passa no cérebro, através de métodos como a ressonância magnética e a técnica de estimulação magnética transcraniana, entre outros.

A ESCOLHA FOI... A BÉLGICA. Depois do 25 de Abril, em 1975/1976, veio para Portugal para a então criada Faculdade de Psicologia, mas ao fim de três meses decidiu que voltava à Bélgica, porque as condições em que fazia investigação científica eram melhores. Manteve o contacto com Portugal e com a Universidade de Lisboa, onde chegou a ser professor e a proferir conferências, tendo-lhe sido atribuído o título de doutor *honoris causa* em 2000.

MEMBRO DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DE LEITURA. Durante 12 anos foi membro do Observatório Nacional da Leitura, em França, que tinha como objectivo analisar a literatura científica sobre a aprendizagem da leitura e elaborar relatórios para o Ministério da Educação francês, entre os quais se destaca o relatório que influenciou os programas do ensino primário de 2001/2002.

O CONVITE DO PNL. Em 2008 foi convidado pelo PNL para coordenar um estudo sobre os níveis de referência de desenvolvimento da leitura e da escrita, cujas conclusões vão ser relevantes para o sistema de ensino português. ::



EDUCAÇÃO PARA O DESENVÓLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A reflexão sobre o que significa educar para o desenvolvimento sustentável é o pontapé de saída deste dossier. Viriato Soromenho-Marques clarifica princípios orientadores para a abordagem desta matéria na escola.

Na rubrica “No terreno”, Manuel Carvalho Gomes apresenta o panorama das actividades neste momento em Portugal e, em entrevista, Luísa Schmidt defende que as escolas se devem assumir como laboratórios de sustentabilidade.

E porque há práticas que merecem ser destacadas, Alexandra Forte e um grupo de alunos de Área de Projecto do 12.º ano da Escola Secundária Dr. Ginestal Machado orienta uma visita guiada à ilha imaginária Siscoália.

Apesar da distância que os separa, mostra-se que os alunos abraçam o desafio do desenvolvimento sustentável com o mesmo entusiasmo, quer sejam alunos da turma do 9.º A da Escola EB 2,3 Dr. José Pereira Tavares, de Pinheiro da Bemposta, quer sejam alunos do Clube do Ambiente da Escola Francisco Ornelas da Câmara, nos Açores.



- 26 29 Questões e razões
O que significa educar para o desenvolvimento sustentável?
Viriato Soromenho-Marques

- 30 33 No terreno
Educação para o Desenvolvimento Sustentável:
das teorias às práticas.
Manuel Carvalho Gomes

- 34 37 Feito e Dito
O pontapé na porta
Entrevista a Luísa Schmidt
Teresa Fonseca e Helena Skapinakis

- 38 41 Recursos

- 42 45 Prática em destaque
Siscoália – A ilha sustentável
Teresa Fonseca

- 46 49 Na sala de aula
Um projecto à medida dos alunos
Helena Skapinakis

- 50 53 Repórter na escola
Vamos proteger!
Manuel Carvalho Gomes



● Questões e razões

QUE SIGNIFICA EDUCAR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?



Com excessiva modéstia, tem decorrido em Portugal a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, proclamada pelas Nações Unidas (2005-2014). Com a excepção da Comissão Nacional da UNESCO e de algumas fundações e organizações não-governamentais, as tentativas de estabelecer uma orientação para a sustentabilidade nas políticas públicas de ambiente e educação acabaram por fracassar. Um vazio que se sente mais numa altura em que os 'riscos sistémicos' da insustentabilidade se tornaram visíveis com as alterações climáticas.

Texto de **Viriato Soromenho-Marques**¹
Ilustrações de **Dinis Mota**

Neste ensaio visa-se: a) esclarecer do que falamos quando usamos o conceito de desenvolvimento sustentável; b) sugerir alguns princípios para a elaboração de intervenções pedagógicas nesta matéria.

→ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ORIGENS E SIGNIFICADOS

Desde 1987 que o consenso mundial em torno da necessidade de uma transição para um modelo de desenvolvimento sustentável tem vindo a crescer. Mas qual é, efectivamente, o significado desse conceito? Embora não tenhamos ainda uma teoria completamente consistente, registam-se algumas convergências. Uma delas, porventura a mais decisiva, consiste em assinalar a existência de um *triângulo da sustentabilidade*, cujos vértices são os pilares social, ambiental e económico. A discussão sobre estratégias de sustentabilidade tem sido conduzida sob o paradigma do que poderíamos designar como o *triângulo equilátero*: a tese segundo a qual cada um desses pilares deve ter um peso e uma relevância idênticas. É o modelo do *equal footing*.

Essa visão parece-me incorrer num erro colossal. Na verdade, a sustentabilidade não obedece ao modelo de Tordesilhas, nem consiste numa negociação sindical sobre salários, ou numa reunião de accionistas para discutir a repartição de lucros ou as verbas de

investimento. Cada um desses pilares tem uma natureza específica: são qualitativamente diferentes, não podendo ser amalgamados numa igualdade numérica, que colidiria com a sua essência particular. Se confrontarmos a análise do novo conceito de sustentabilidade com uma das clássicas concepções da filosofia ocidental chegaremos a resultados surpreendentes. É o caso do contributo que pode ser retirado da teoria aristotélica da causalidade, que se encontra dispersa por várias obras do Estagirita. Que poderia dizer Aristóteles sobre o desenvolvimento sustentável? Certamente que nos recordaria que o desenvolvimento sustentável não é uma *coisa*, mas um *processo* dinâmico de transformação, ao qual se poderia aplicar a sua teoria das quatro causas:

- *Causa eficiente*: indica o princípio da mudança.
- *Causa material*: identifica aquilo de onde algo surge, ou mediante o que algo chega a ser.
- *Causa formal*: a ideia ou o modelo que inspira a transformação, aquilo que já é, idealmente, antes de se plasmar na realidade concreta.
- *Causa final*: o fim, o *telos*, a realidade concreta e discreta para a qual o processo de transformação tende.

Se aplicarmos este quadro conceptual ao desenvolvimento sustentável, deparamos com este resultado:

→ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO



Dimensão político-institucional como causa

eficiente: princípio da mudança, factor decisivo para a transformação da realidade. Traduz o consenso e a vontade política e operacional de mudança.

Dimensão económica como causa material: aquilo do qual algo surge, ou mediante o qual algo chega a ser. Traduz a mudança na reprodução quotidiana das condições de vida numa perspectiva da sua continuação e qualificação.

Dimensão ambiental como causa formal: é a ideia ou o paradigma que dá forma (e condiciona) a transformação. Traduz o quadro de conhecimento complexo que deve modelar a mudança (incluindo os limites e possibilidades abertos pela aplicação da nossa representação das leis naturais).

Dimensão social como causa final: o objectivo visado, o modelo de sociedade pretendida. Traduz o projecto de futuro onde as relações humanas (e dos humanos com as outras criaturas e ecossistemas) ocupam um lugar central.

Desde logo deparamos com a necessidade de um quarto pilar: o político-institucional. Como é que poderíamos acreditar que o desenvolvimento sustentável fosse um efectivo processo de transformação, se não existisse uma causa responsável pelo seu desencadear, um agente activo que o promovesse? Verificamos também que a dignidade intrínseca de cada um dos quatro pilares não se pode configurar no quadro do modelo *equal footing*, mas no âmbito de um modelo de cooperação e interacção sinérgica. Há muita coisa em jogo na ideia de desenvolvimento sustentável. A possibilidade de recolocar as questões da justiça, da equidade, do progresso social, no quadro da crise ambiental e social, constitui o factor crucial de condicionamento das sociedades contemporâneas. Também pelo desenvolvimento sustentável passa a formulação das novas políticas públicas que permitam o aumento da coesão social e da solidariedade regional no plano nacional. Por exemplo, se existe algum futuro para a União Europeia, ele não estará divorciado da questão da sustentabilidade e das políticas comuns a ela associadas.

→ COMO EDUCAR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

Ensinar a sustentabilidade faz parte da história e da prática da educação ambiental. Enquanto sintoma da crise da civilização contemporânea, a educação ambiental foi objecto de iniciativas pioneiras partindo sobretudo dos meios mais informados e empenhados da sociedade civil. Estes foram os primeiros a compreender que os sinais iniciais de degradação ambiental não poderiam ser entendidos de forma restrita e fragmentária, devendo antes ser perspectivados a partir de um modelo interpretativo, epistemologicamente transdisciplinar e politicamente despido de preconceitos.

Por outro lado, enquanto reflexo de uma visão prospectiva, a Educação Ambiental não se limita a reagir perante o curso do real, procurando, antes, suscitar respostas individuais e colectivas, sociais e institucionais, que rectifiquem os factores negativos e reforcem as tendências positivas em presença.

Não surpreende – tendo em conta esta dupla característica da Educação Ambiental, como sintoma e urgência de agir – que a sua história em Portugal se confunda com os próprios alvares da formação de uma política pública de ambiente, tendo sido, aliás, um dos elementos catalisadores do desenvolvimento e amadurecimento desta última. Contudo, a Educação Ambiental nunca se confinou às medidas nesse sentido tomadas pelos poderes públicos. Pelo contrário, a intervenção destes foi sendo suscitada pela capacidade de iniciativa e criatividade de múltiplos actores da sociedade civil: desde a intervenção fragmentada de agentes educativos às acções mais sistemáticas e programadas das organizações não governamentais.

Educar para o ambiente e o desenvolvimento sustentável (DS) no âmbito escolar convida a ter em conta cinco princípios orientadores fundamentais:

- 1. Educar para uma cidadania interveniente.** O desenvolvimento sustentável integra-se no âmbito da dimensão prospectiva da educação ambiental. Ao fazê-lo, constitui-se e transforma-se numa área integrante da política de ambiente, a saber, na sua componente de índole mais preventiva e estratégica, voltada para uma

A Educação Ambiental nunca se confinou às medidas nesse sentido tomadas pelos poderes públicos.

intervenção no tempo longo dos ciclos políticos, procurando despertar novas modalidades de participação cívica dos cidadãos, e alimentando – através da intensificação qualificada de informação pertinente, bem como da elevação do debate público – o processo de construção de consensos estruturais duráveis entre as diversas forças sociais e políticas da sociedade portuguesa tendo em vista a identificação dos mais sensíveis problemas ambientais e a sondagem das necessárias soluções.

2. Educar para uma visão crítica do desenvolvimento. A Educação para o DS deverá contribuir para a mobilização dos mais amplos sectores da sociedade portuguesa em torno do conhecimento objectivo e aprofundado das matérias concretas que afligem e condicionam o nosso modelo de civilização, contribuindo assim para a criação de valores, políticas e práticas quotidianas, individuais e colectivas, sociais e institucionais, indispensáveis para a reforma da nossa sociedade, no sentido da gradual implantação de um efectivo modelo de desenvolvimento sustentável, sempre aberto à rectificação e ao aperfeiçoamento críticos.

3. Educar tendo em conta a experiência internacional.

A natureza planetária das questões da crise global do ambiente obriga a que nenhuma dimensão ou aspecto da diversificada série de respostas e contributos nacionais, regionais e locais possa ser ignorada. Um dos objectivos centrais da Educação para o DS será o de permitir o conhecimento e a circulação das doutrinas, experiências e estudos de caso que ocorreram e aconteceram a nível mundial. Esse repositório de experiências deverá servir como alimento para a reflexão e como ponto de referência para aferir iniciativas e acções no âmbito nacional.

4. Educar integrando as lições da experiência nacional.

A Educação para o DS deverá construir-se em articulação com o património de sucessos e revezes do conjunto da

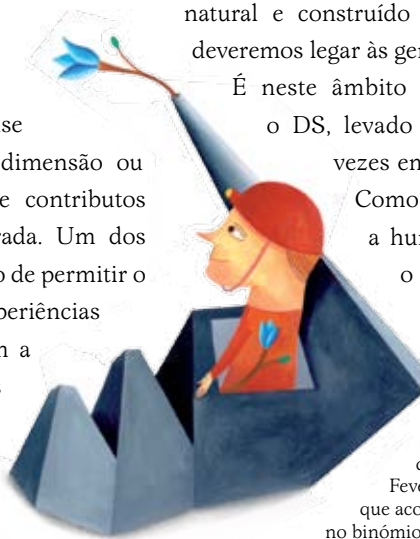
política de ambiente nacional, na sua história de quase quatro décadas. Os grandes problemas deverão ser estudados na dupla perspectiva do diagnóstico e da solução: as alterações climáticas, a diversidade biológica, os resíduos, a água, os solos, o ordenamento territorial e urbano, a qualidade do ar, o binómio ambiente-saúde, os indicadores de sustentabilidade nas diversas actividades produtivas, entre outros.

5. Educar para promover uma sociedade mais coesa e um Estado mais eficiente.

As medidas, iniciativas, meios materiais e humanos integrantes da Educação para o DS visam contribuir para o incremento generalizado da consciência ambiental, com os novos valores e novas atitudes a ela inerentes, permitindo uma mudança cultural que exorbite do universo escolar formal, estendendo-se ao conjunto da sociedade civil e à própria cultura política da administração pública.

Ninguém está em condições de conhecer antecipadamente quais serão os contornos da sociedade futura. O que sabemos, desde já, é que para a atingirmos da melhor maneira teremos de desenvolver os dispositivos fomentadores da educação permanente, da cidadania activa, da administração pública atenta e eficiente, da cultura respeitadora dos patrimónios natural e construído que herdámos do passado e que deveremos legar às gerações futuras.

É neste âmbito que o esforço de Educação para o DS, levado a cabo por cada docente, muitas vezes em condições difíceis, ganha sentido. Como uma breve linha na narrativa que a humanidade está a traçar para evitar o colapso, vencendo a crise global do ambiente. ::



¹ É professor catedrático na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, leccionando nos cursos de Filosofia e Estudos Europeus. Coordenador científico do Programa Gulbenkian Ambiente, desde Fevereiro 2007. Membro do Grupo de Alto Nível que aconselha o Presidente da Comissão Europeia no binómio da Energia/Alterações Climáticas. Membro correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, desde

Abril de 2008. Conferencista em mais de 20 países e autor de uma vasta bibliografia sobre temas filosóficos, ambientais e estratégicos. Para mais dados, consultar: www.viriatorosoromenho-marques.com.

² Aristóteles, *Metafísica*, I, 3, 983^a

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DAS TEORIAS ÀS PRÁTICAS

A expressão Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) passa a ser usada regularmente a partir da Conferência de Joanesburgo (2002) e da proclamação da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS ou Década) para vigorar entre 2005 e 2014. O seguinte texto pretende apresentar o panorama das actividades que neste momento acontecem no terreno, em Portugal, no âmbito da Década.

Texto de **Manuel Carvalho Gomes**
Ilustrações de **Dinis Mota**

A DEDS estabeleceu cinco objectivos que integram os valores inerentes ao desenvolvimento sustentável (DS) em todas as facetas da aprendizagem.

A nível da educação, a resposta ao desafio da DEDS passou pela criação de oportunidades de reflexão mundial sobre temas como a globalização, a degradação dos recursos ambientais, as alterações climáticas, os direitos humanos, bem como pelo reforço dos investimentos na diminuição do analfabetismo e da pobreza, na promoção da paz e na valorização do património cultural.

Destacam-se várias instituições que olharam a proclamação da DEDS como uma oportunidade para a melhoria do Mundo e para o aumento da qualidade e equidade da educação, transformando-a em instrumento de superação das crises contemporâneas. Sublinham-se, assim, a nível internacional, as intervenções da World Conservation Union (IUCN) e da rede Environment and School Initiatives (ENSI), um órgão descentralizado do Centre for Educational Research and Innovation da OCDE, assim como os compromissos assumidos por diversos Estados-membros da ONU ao mais alto nível.

DA TEORIA À PRÁTICA

No panorama nacional, as actividades inerentes à implementação da Década têm sido dinamizadas sobretudo pela Comissão Nacional da Unesco (CNU), pela comunidade científica e por organizações não governamentais (ONG), como a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), a Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), a Liga para a Protecção da Natureza (LPN) e a Almargem. A elas se deve a criação de espaços de divulgação, reflexão e, de alguma forma, monitorização da concretização da DEDS.

A ABAE, por exemplo, fez uma adesão integral aos princípios da EDS, no contexto do Programa Eco-Escolas, conciliando a sua principal finalidade de operacionalizar os princípios da Agenda 21 com os objectivos da DEDS. Foi a primeira instituição portuguesa a fazer a divulgação pública da DEDS, em Janeiro de 2005, sendo seguida pela ASPEA que, nesse mesmo mês, apresentou o Plano de Aplicação Internacional da Década, contando para o efeito com a primeira participação oficial da CNU. A Almargem, no âmbito do seu 3.º Encontro Regional, em Novembro desse ano, também incluiu um painel de reflexão sobre esta matéria.



A CNU organizou o debate público do documento *DÉCADA. Um Contributo para a sua Dinamização em Portugal*, em Julho de 2006, e o Colóquio Internacional *Activar o Futuro: Objectivos e Estratégias da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*, em Dezembro de 2006. Apoiou também o Ano Internacional do Planeta Terra, que decorreu entre 2007 e 2009.

A nível governamental, registam-se essencialmente duas iniciativas no domínio do lançamento da DEDS, que tiveram lugar no dia 16 de Dezembro de 2005: a edição portuguesa da *Estratégia de EDS da Comissão Económica para a Europa, ONU (EEDS-CEE/ONU)* e o *Protocolo de Cooperação para Promover a Educação Ambiental para a Sustentabilidade*.

Antes do lançamento da Década, existiam muitos projectos no terreno, envolvendo vários níveis de ensino e que se inscreviam em diversas temáticas transversais. Estes projectos já se enquadravam nos objectivos da EDS, ou passaram a ser orientados nesse sentido:

- ◇ Agenda 21 Escolar (Vários)
- ◇ Castro Verde Sustentável (Liga para a Protecção da Natureza)
- ◇ Coastwatch (Grupo de Estudos e Ordenamento do Território - GEOTA)
- ◇ Ecocasa (Quercus)
- ◇ Eco-Escolas e Jovens Repórteres para o Ambiente (ABAE)
- ◇ Padre Himalaya (Sociedade Portuguesa de Energia Solar-Ciência Viva)
- ◇ Rede de Escolas Associadas da UNESCO (CNU)
- ◇ Rede de Projectos do Programa Ciência Viva (Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica)
- ◇ Rede Educação do Consumidor (Instituto do Consumidor)
- ◇ Rede de Lojas do Comércio Justo (Rede Nacional de Consumo Responsável)
- ◇ Rede Terra Madre (Associação Slow Food Internacional, envolve os Convívios portugueses)

É importante aproximar a ciência da sociedade e criarem-se laços entre cientistas, professores e alunos.

A partir do ano de lançamento da Década, outras iniciativas emergiram:

- ♦ Alterações Climáticas Carbon Force (Agência Portuguesa de Ambiente)
- ♦ Eurolifenet (Centro de Investigação de Tecnologias de Informação para uma Democracia Participativa)
- ♦ O ambiente é de todos, vamos usar bem a energia (EDP - Energias de Portugal)
- ♦ Escola na Natureza (Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular e Direcções Regionais de Educação)
- ♦ Cidadania e sustentabilidades para o séc. XXI. Caminhos para uma comunidade sustentável nos Açores (Associação CIDAADS - Centro de Informação, Divulgação e Acção para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento)

OS ESPECIALISTAS EM ACÇÃO

No ensino superior é de destacar o esforço pioneiro da Universidade do Minho com a organização, em Maio de 2004, da Conferência Internacional Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Esta Conferência, que teve como principal objectivo preparar a implementação da DEDS, enriqueceu o panorama de reflexão nacional com as participações, entre outros, dos investigadores Charles Hopkins (Canadá), Daniela Tilbury (Austrália) e Edgar Gaudiano (México).

Outra actividade a merecer realce foi o 1º Congresso Ambiente e Sociedade, promovido pelo Instituto Superior de

Ciências Educativas, com o apoio da Câmara Municipal de Odivelas, em Abril de 2008, que adoptou o tema global das Alterações Climáticas: Ciência e Soluções, explicitamente associando-se à celebração da DEDS.

No que respeita à investigação, é de salientar o Programa Polar Português, que envolveu, entre outras instituições, o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa e foi apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Este programa integrou o Ano Polar Internacional (2007-2009) e criou no seu âmbito o Projecto Latitude 60 com o objectivo de ensinar às gerações mais novas a importância das regiões frias para o nosso Planeta. Destaca-se aqui a importância de se aproximar a ciência da sociedade e de se criarem laços entre os cientistas, os professores e os alunos.

Ainda ao nível do ensino superior, deve-se referir a existência de cursos de diferentes níveis que têm como objectivo a promoção da sustentabilidade e consequentemente do DS e da EDS. São exemplo os mestrados em Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Universidade do Minho), Sistemas Energéticos Sustentáveis (Universidade de Aveiro), Gestão Sustentável dos Espaços Rurais (Universidade do Algarve), ou os doutoramentos em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável (Universidade de Lisboa), Sistemas Sustentáveis de Energia (Universidade do Porto) e Energia para a Sustentabilidade (Universidade de Coimbra).

A RESPOSTA DAS ESCOLAS

A transformação da escola em pólo de incorporação e difusão dos valores do DS e em motor de mobilização da sociedade, através dos alunos, das suas famílias e da restante comunidade educativa, é fundamental para a implementação da Década.

No ano lectivo 2006-07, foi desenvolvido o Projecto-Piloto Critérios de Qualidade para Escolas-EDS, com o objectivo de avaliar a adaptação de critérios, definidos internacionalmente, à realidade das escolas portuguesas e caracterizar o seu grau de concretização. O projecto contou com a colaboração do programa Eco-Escolas e foi enquadrado num projecto de investigação em curso, Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Ensino Básico e o exemplo da Geografia.

Os *Critérios de Qualidade para Escolas-EDS*² foram propostos pelas redes ENSI e SEED (School Development through Environmental Education), no âmbito do Programa COMENIUS III e foram apresentados numa lista de 52 critérios, organizados em três grupos:

- I. Processos de ensino e aprendizagem
- II. Política e organização escolares
- III. Relações externas da escola

Estes critérios de qualidade parecem-nos constituir um importante instrumento de convergência entre os planos e as acções, entre a teoria e a prática, entre o global e o local, e também entre a Política Educativa e o Projecto Educativo de Escola ou de Agrupamento.

A designação Escolas-EDS sintetiza uma acção educativa coerente com os novos desafios colocados à sociedade contemporânea nos domínios ambiental, social e económico e que precisamente deram origem à proclamação da Década.

A MEIO DA DÉCADA...

Em Portugal, existe um cenário propício ao desenvolvimento da DEEDS, embora muitas das iniciativas tenham surgido de forma espontânea.

Num momento em que iniciamos a segunda parte da DEEDS (2010-2014), continua imperioso debater e clarificar o que é pedido (concretamente) à educação quando se diz, por exemplo, que se deve integrar a Educação para o Desenvolvimento Sustentável nos sistemas educativos formais, em todas as disciplinas relevantes (EEDS³-CEE/ONU, 2006:7), ou, que as questões do desenvolvimento sustentável e os valores que lhe são inerentes devem ser equacionados e integrados nos currículos de todos os níveis de ensino (CN UNESCO⁴, 2006:25); ou, ainda, que se devem integrar os valores inerentes ao desenvolvimento sustentável em todas as facetas da aprendizagem (PAI5, 2005:5).

Resta deixar a informação de que, no âmbito dos dez temas sugeridos pela UNESCO para cada um dos anos da DEEDS, o ano 2010 poderá ser dedicado a sítios do património mundial como lugares de aprendizagem. ::

OS CINCO OBJECTIVOS DA DEEDS

- Valorizar a função fundamental da educação e da aprendizagem na persecução comum do desenvolvimento sustentável.
- Facilitar o estabelecimento de redes, o intercâmbio e a interacção entre as partes interessadas na EDS.
- Criar oportunidades para aperfeiçoar e promover o conceito de DS, proporcionando a transição para esse desenvolvimento através de todos os tipos de aprendizagem e sensibilização da opinião pública.
- Fomentar a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem no domínio da EDS.
- Desenvolver, a todos os níveis, estratégias para reforçar as competências dos cidadãos em matéria de EDS.

* Objectivos adaptados do documento da UNESCO, Framework for the UNDESD International Implementation Scheme [pag.24], que pode ser consultado em <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001486/148650E.pdf>

¹ Resolução 57/254 de 2002 da Assembleia-Geral das Nações Unidas
² O documento *Critérios de Qualidade para Escolas - EDS: Guia para a melhoria da qualidade da EDS*, foi traduzido e publicado em português e foi feita uma nota de apresentação na Noesis nº73

³ Instituto do Ambiente (2006). Estratégia da CEE/ONU para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Adoptada na reunião de Vilnius, 17-18 de Março de 2005. Instituto do Ambiente, Amadora, 33p.

⁴ CNU (2006). *DEEDS 2015-2014. Contributos para a sua dinamização em Portugal*. Edição da CN UNESCO, Lisboa, 46p.

⁵ UNESCO (2005). *Projecto de Aplicación Internacional del Decenio de las Naciones Unidas de la Educación para el Desarrollo Sostenible*. 171 EX/7, Paris, 12 Abril, 2p-Anexo com 60p. Original: Inglés.

● Feito e dito

O PONTAPÉ NA PORTA

Conciliando a vida acadêmica com o jornalismo, o percurso de Luísa Schmidt mostra como cada um pode contribuir para a sustentabilidade da grande casa onde vivemos: acredita que é uma urgência que deve mobilizar todos. Reconhecendo o papel fundamental da educação, considera que a escola não pode estar ausente deste compromisso com as gerações futuras e defende que só poderá responder a estas novas necessidades assumindo-se como um laboratório de sustentabilidade.

Entrevista de **Teresa Fonseca**
e **Helena Skapinakis**
Fotografias de **Jorge Padeiro**



Quando e onde nasceu o conceito de desenvolvimento sustentável (DS)?

Surgiu na Conferência de Estocolmo, na sequência do Relatório Meadows sobre os “Limites do Crescimento”. Punha-se então, em 1972, a questão da capacidade de resposta do Planeta ao modelo de desenvolvimento e alertava-se para as desigualdades que se faziam sentir. Em 1987, foi publicado o Relatório Brundtland, também intitulado “O Nosso Futuro Comum”, que expande o conceito de DS: a necessidade de deixarmos para as gerações futuras pelo menos os mesmos recursos de que nós usufruímos. Houve um momento alto na cimeira do Rio de Janeiro de 1992, onde foi aprovada a Agenda 21, que consagra o conceito de DS e o operacionaliza. O modelo de crescimento económico neoliberal centrava-se na vertente de mercado livre, considerando que o “resto” viria por acréscimo. Provou-se que era precisa regulação e o conceito de DS passa por criar um tipo de desenvolvimento onde seja possível equilibrar quatro vertentes.

Quais são essas vertentes?

Primeiro, a vertente económica e a da coesão social, para que o desenvolvimento não implique desigualdade. Depois a vertente ambiental, que está hoje, compreensivelmente, na ordem do dia. As sociedades emergentes (sobretudo a China e a Índia) querem “ocidentalizar-se” adoptando o nosso modelo de consumo. No entanto, se assim for, e com o problema do crescimento demográfico, não irá haver energia, ar,

ou água suficientes. Por isso o DS é fundamental para equilibrar a pressão sobre os recursos naturais. Finalmente, a vertente da governança, passa por uma maior aproximação entre governantes e governados. A Agenda 21 concilia e aplica o conceito de DS nas quatro vertentes e acrescenta uma dimensão que é a Agenda 21 Local: as comunidades organizarem-se localmente e contribuirão para este desenvolvimento.

O conceito de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) está muito associado à educação ambiental...

Sim. Isto porque a educação é transversal a tudo. Em 2001, a UNESCO lança a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, a decorrer entre 2005 e 2014. A questão ambiental que se tornou visível em meados dos anos 70, com a primeira crise do petróleo, com as primeiras marés negras mediatizadas e a evidente dependência da energia fóssil, foi o detonador da educação ambiental. E é por ela que chegamos à questão do DS. Ora, hoje é muito importante integrar a dimensão social e a dimensão de cidadania no conceito de Educação Ambiental.

E qual é a situação de Portugal em particular?

Na verdade, a Educação Ambiental inicia-se em Portugal em 1973 com a Comissão Nacional do Ambiente, que tinha como missão fundamental a sua integração nas escolas. Com o 25 de Abril, os valores eram outros e o

ambiente não era prioritário. A questão da Educação Ambiental ganha outra vez impulso com a criação do Instituto Nacional do Ambiente, em 1986. Entretanto, por parte do Ministério da Educação começa a haver uma preocupação de integração da Educação Ambiental nos currículos, matéria que cria entusiasmo, e alguns professores aderiram. Mas inicialmente era restritiva, muito ligada à conservação da Natureza, à separação dos resíduos...

Portanto ficou ali acantonada...

Sim, por isso o conceito de EDS entra dificilmente: do lado do Ministério do Ambiente havia uma tradição enraizada da Educação Ambiental, ligada aos temas estritamente ambientais; do lado da escola, uma visão essencialmente curricular. A EDS é mais abrangente. Tem de integrar a dimensão ambiental, mas também a social, a económica e sobretudo a governança. Ora, não havia (nem há) grande apetência da parte do Governo (e isso é importante) para integrar este novo conceito a todos os níveis de escolaridade. Apesar de a Educação para a Cidadania abrir uma frente nesta matéria, não é fácil que esses conceitos e práticas entrem nas escolas.

Já há alguma avaliação? Qual é a situação de Portugal?

Há um relatório de avaliação feito pela Comissão Europeia sobre como é que a década está a decorrer nos vários Estados-membros. Inicialmente, a Comissão Nacional da UNESCO contactou-me para constituir um grupo que contribuísse para a dinamização da década. Coordenei esse grupo de

trabalho e a ideia era criar uma série de embriões na sociedade que depois viessem a dar resultados. O diagnóstico que então fizemos, que começou em 2005/2006, mostra que, em termos gerais, pouco se avançou. A nível central não se fez praticamente nada. Em Portugal, não temos uma estratégia de EDS e não há nenhuma directriz à escala governamental. Localmente, algumas escolas (sobretudo do ensino básico) trabalham nesta área, mas não é numa situação coordenada. Não há um programa, como nós propúnhamos no grupo, estendido a todos os tipos de formação.

Quais os sectores da nossa sociedade que estão mais envolvidos no trabalho da Década?

As universidades estão pouco envolvidas, o que resulta numa falta de liderança. Ao nível da formação dos profissionais dos *media*, também não há nada. Ao nível das autarquias, através do projecto ECO 21, liderado pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), têm-se concretizado alguns projectos de educação, sobretudo o “Eco-escolas”. Há também o projecto Carta da Terra, lançado pela Associação Portuguesa de Professores de Educação Ambiental (ASPEA). Existem ainda outros projectos que vão fazendo o seu caminho, mas sem aquela dinâmica que era precisa para transformar as escolas em laboratórios de sustentabilidade.

O grupo a que se refere foi o que elaborou o documento de orientação nacional para a implementação da Década?

Sim. Nesse grupo, juntámos representantes dos Ministérios da Educação, do Ambiente, da Ciência, de universidades, das empresas, dos *media* e das ONG que pudessem dinamizar estas matérias e fazer um primeiro documento que fosse depois desenvolvido com outros apoios. Ora isso não aconteceu. O Governo nunca fez nenhum documento nesta área e nunca assumiu este como um ponto de partida e um contributo para a dinamização da Década. Contudo, o trabalho não parou. Arrancaram várias acções das ONG e das autarquias e o diagnóstico continuou a ser feito: aplicámos um inquérito a organizações (autarquias, empresas, universidades, igrejas, etc.) e outro dirigido às escolas, com o apoio do então Instituto do Ambiente (actual APA) e da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, verificando-se que não existem programas consistentes nem de educação ambiental nem de educação para o desenvolvimento sustentável.

Será que esta falta de coordenação terá a ver com o facto de o DS fazer repensar os objectivos, conteúdos e práticas ao nível da educação?

Com base nos estudos feitos, entendemos que as escolas devem ser laboratórios de sustentabilidade. Por exemplo, agora a Parque Escolar está a fazer obras, transformando os estabelecimentos de ensino do ponto de vista do conforto e da eficiência energética. Seria uma óptima oportunidade para levar alunos, professores e funcionários a aprofundarem conhecimentos sobre estas matérias e estimular mudanças ao



nível das práticas da comunidade escolar. E, da problemática da energia, extrapolar para a questão das alterações climáticas, cujas consequências vão afectar as comunidades, ao terem um impacto directo sobre a vida quotidiana das pessoas. Estas matérias são novas no quadro das nossas preocupações e ainda não temos competências suficientes para lhes responder.

Qual é então o papel da escola?

A escola desempenha um papel importante, porque é o lugar onde os jovens acedem colectivamente a um discurso diferente e enriquecedor. Os novos saberes podem

entusiasmar alunos, funcionários e professores e levá-los a empenharem-se nas questões da sustentabilidade. Se não tivermos a sociedade mobilizada, não conseguiremos dar resposta às urgências que estes problemas implicam. Essa transformação passa por envolver os alunos no conhecimento do que é a sustentabilidade hoje. E se os alunos produzirem eles próprios esse conhecimento através do que se chama a ciência participativa, integram-no de uma forma mais abrangente e transversal, porque, ao fazer, aprendem. Isto acontece quando a escola começa por cuidar dos seus espaços em termos de eficiência energética, de aproveitamento das águas, do recreio e do seu espaço público... É preciso transformar os projectos de educação ambiental, que ainda têm uma forte dimensão recreativa e uma fraca dimensão cívica. Nota-se uma certa distância ao que se passa na sociedade: fizemos um inquérito no ano em que o País foi assolado por incêndios e praticamente não havia projectos sobre o assunto. Há também uma “infantilização”, já que as actividades se destinam sobretudo aos mais novos. Ora, é justamente quando os jovens começam a ser pré-adultos que se tornam grandes consumidores e criam um maior impacto ambiental. Julgo que a via da ciência participativa, pondo os jovens a participar em actividades úteis ao bem comum, podia ser um caminho.

Ainda há muito a fazer...

Sim. As escolas deviam contribuir para o sistema nacional de dados e constituir-se como um laboratório de sustentabilidade, assumindo projectos mais ancorados na comunidade e apostando em parcerias. Assim, garantiriam continuidade, não ficando demasiado dependentes do voluntarismo dos professores, e todos se sentiriam envolvidos em actividades concretas. Seriam

as escolas, enquanto infra-estruturas no terreno, a assumir um papel de mudança, articuladas com as autarquias, com as organizações não governamentais, com as empresas locais e com os *media*. O País precisa de mais cooperação...

Como académica, que importância atribui à vertente jornalística na sua vida?

O jornalismo é o pontapé na porta e a sociologia é entender como o quarto se arruma. Estas duas dimensões são importantes, não só para compreender a realidade, como para agir sobre ela.

Hoje o conhecimento tem de ser integrado, temos de saber cada vez mais, sobre cada vez mais.

Mas a forma de comunicar nos media e no meio académico é diferente...

O jornalismo, ao obrigar à síntese e à nitidez, influencia a minha atitude académica, onde, sem perder a profundidade, tento utilizar uma linguagem clara e acessível. Enquanto socióloga do ambiente e da comunicação, lido muito com cientistas de outras áreas disciplinares com os quais é crucial criar patamares de entendimento. Hoje o conhecimento tem de ser integrado. Ao contrário do saber especializado – saber cada vez mais sobre cada vez menos –, temos de saber cada vez mais, sobre cada vez mais. As ciências sociais ganham um novo papel, porque estão a ser muito solicitadas pelos outros saberes e porque as complexidades das crises estão a requerer maior conhecimento sobre os diferentes contextos sociais na produção de respostas. ::



PERFIL

Luísa Schmidt atribui o seu envolvimento nas questões ambientais aos tempos remotos da sua infância, aos seus antecedentes rurais. Para ela, o viver numa quinta, o ter uma forte ligação ao campo, pode ter sido o *clic*. Actualmente investigadora principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), o seu percurso profissional levou-a, anteriormente, a trabalhar na comunicação e publicidade, tendo, na década de 80, abraçado a causa da defesa do consumidor. No início dos anos 90, com lixeiras a proliferarem, rios poluídos e desordenamento do território, os grupos ambientais passaram a ter uma grande visibilidade e trouxeram para a ribalta esta realidade chocante. Atenta ao que a rodeava, os interesses de Luísa Schmidt desviaram-se do consumo para o ambiente. Hoje, com o conceito de desenvolvimento sustentável, considera que, cada vez mais, as diferentes áreas em que tem trabalhado se entrecruzam, afirmando em jeito de conclusão: “Afinal, o que está em causa é o actual modelo de consumo.”

Recursos

RECURSOS EDS

Desde o lançamento da Carta da Terra, em 2000, até ao recente balanço da educação ambiental em Portugal, publicado este ano, que a Educação para o Desenvolvimento Sustentável tem feito o seu caminho, lá fora e cá dentro, através de documentos orientadores destinados a toda a sociedade e de materiais e sítios para serem utilizados por professores que queiram lançar-se neste desafio com os seus alunos.

→ SÍTIOS A CONSULTAR

ECO-ESCOLAS - O BLOGUE

<http://eco-escolas-portugal.blogspot.com/>

Blogue promovido pela Associação Bandeira Azul (ABAE) que pretende ser um espaço de partilha para todos os envolvidos na rede Eco-Escolas, um programa que tem o objectivo de encorajar acções e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido por escolas, no âmbito da Educação Ambiental/Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

DECADA POR UNA EDUCACIÓN PARA LA SOSTENIBILIDAD

<http://www.oei.es/decada/>

Sítio patrocinado pela Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) com documentos de apoio e materiais para professores que desejem integrar a Educação para o Desenvolvimento Sustentável nas suas práticas e com informação sobre vários temas neste âmbito. A secção “Como podemos contribuir?” inclui dois questionários onde se apresentam linhas de orientação para participar concreta e activamente na promoção do desenvolvimento sustentável como cidadãos e como professores.



YOUTHXCHANGE

<http://www.youthxchange.net/main/introduction.asp>

Sítio promovido pelo United Nations Environment Programme (UNEP) e pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), dirigido a professores que pretendam abordar o tema do consumo sustentável com os seus alunos adolescentes.

Na página inicial, o professor encontra instruções sobre como navegar pelas nove salas temáticas disponíveis, com exemplos de planos de aula e pistas para integrar este tema no currículo específico de cada disciplina.

Está também disponível um guião sobre consumo sustentável traduzido para português em: <http://www.youthxchange.net/download/guide/text/guide%20text%20portuguese.pdf>

YOUNG REPORTERS FOR THE ENVIRONMENT

http://www.youngreporters.org/rubrique.php3?id_rubrique=31

Young Reporters for the Environment (YRE) é um programa da Foundation for Environmental Education dirigido a alunos do ensino secundário que queiram investigar na sua comunidade um tema relacionado com o ambiente. Neste sítio estão disponíveis documentos de apoio e dicas para orientar os jovens jornalistas na produção dos seus textos e é possível cooperar com outras escolas dos 17 países envolvidos no programa.

OXFAM EDUCATION

<http://www.oxfam.org.uk/education/>

Página do Reino Unido da organização Oxfam, onde se pretende promover a educação para ajudar os jovens a compreender questões globais que afectam as suas vidas e as suas comunidades, de forma a incentivar modos de vida sustentáveis. É possível pesquisar recursos por idade dos alunos, tipo, tema ou área curricular. Ver também a página da organização em Espanha: <http://www.intermonoxfam.org/es/page.asp?id?4>

O PLANETA ENERGIA

<http://www.oplanetaenergia.eu/#p4>

O Planeta Energia é uma ferramenta pedagógica para educadores, professores e crianças que pretende, através da arte e da interactividade, sensibilizar para os temas da energia e das alterações climáticas. O Planeta Energia é uma iniciativa do Centro de Informação Europeia Jacques Delors.

REDE LUSÓFONA

<http://br.groups.yahoo.com/group/RedeLusofona/>

Rede lusófona de Educação Ambiental, com ênfase na Carta da Terra e Educação Ambiental e suas múltiplas dimensões da sustentabilidade planetária.

EDUCAPOLES

<http://www.educapoles.org/>

Sítio da International Polar Foundation dedicado à educação, que tem como objectivo sensibilizar os jovens para a importância da região polar no frágil equilíbrio do clima do nosso planeta.

Estão acessíveis pequenos vídeos sobre expedições realizadas; encontram-se animações multimédia, pequenos contos e dossiers dedicados a temas como as regiões polares, o clima e as alterações climáticas, energia e biodiversidade – os *dossiers* destinam-se sobretudo a alunos do 3.º ciclo e secundário, nas disciplinas de Ciências e Geografia. Para além disso, também está disponível uma galeria de fotografias sobre a vida na Estação Princess Elizabeth, a fauna e os povos do Ártico, entre outros títulos.

→ DOCUMENTOS ORIENTADORES

CARTA DA TERRA

Declaração de valores e princípios para a construção de um futuro sustentável, cuja redacção envolveu um processo de consulta a nível mundial. Com o lançamento da Carta, em Junho de 2000, estabeleceram-se três objectivos para esta iniciativa: promover e apoiar o seu uso educativo, promover a sua disseminação, aval e implementação na sociedade civil e procurar apoio por parte das Nações Unidas.

Na página da Carta da Terra (<http://www.earthcharterinaction.org/content/>) é possível aceder a planos de aulas e actividades, concebidos por professores que a utilizaram como ferramenta pedagógica. A página pode ser consultada em castelhano, francês ou inglês. Texto disponível em <http://www.aspea.org/>

DECENIO DE LAS NACIONES UNIDAS DE LA EDUCACIÓN PARA EL DESARROLLO SOSTENIBLE: PLAN DE APLICACIÓN INTERNACIONAL

Plano apresentado em 2005 onde se delinham orientações para a aplicação internacional da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável proclamada pelas Nações Unidas e se definem sete estratégias para que os países interessados possam alcançar os objectivos da Década.

Texto disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001486/148654so.pdf>

É também possível consultar uma versão em inglês.

Recursos

ESTRATÉGIA DA CEE/ONU PARA A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Documento onde se apresenta a estratégia adoptada em Março de 2005 para incentivar os Estados-membros da Comissão Económica para a Europa da Organização das Nações Unidas (CEE/ONU) a desenvolver e a integrar a Educação para o Desenvolvimento Sustentável nos sistemas educativos formais, em todas as disciplinas relevantes, bem como na educação não formal e informal.

Texto disponível em

http://www.apambiente.pt/divulgacao/Publicacoes/guiasemanuaisAPA/GuiaAgenda21Local/Documents/CEE_ONU_educacao_DS.pdf

FRAMEWORK FOR THE UNDESD INTERNATIONAL IMPLEMENTATION SCHEME

Plano apresentado em 2006 para a aplicação internacional da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS). Abordam-se os desafios colocados à educação e as implicações envolvidas neste conceito; aborda-se igualmente o papel que todos os interessados devem desempenhar na implementação da Década e as estratégias a desenvolver. No final, disponibiliza-se uma calendarização de actividades que se podem desenrolar ao longo da Década, propondo-se um tema aglutinador de actividades e eventos para cada um dos anos da Década.

LISTA DOS TEMAS PROPOSTOS

- Património mundial como local de aprendizagem (2010)
- EDS na sociedade de informação/conhecimento (2011)
- Participação dos cidadãos e governança (2012)
- Redução da pobreza e projectos de desenvolvimento sustentável (2013)
- Justiça intergeracional e ética (2014)

Texto disponível em

<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001486/148650E.pdf>

DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (2005-2014) – CONTRIBUTOS PARA A SUA DINAMIZAÇÃO EM PORTUGAL

Documento redigido em 2006 por um grupo de trabalho coordenado por Luísa Schmidt, investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, que reuniu especialistas ligados a vários sectores da sociedade portuguesa (ambiente, *media*, ensino, etc.), onde se identificam áreas de intervenção prioritária e projectos concretos capazes de dinamizar processos de mudança; propõem-se igualmente acções transversais que envolvem os *media*, o mercado e as organizações não governamentais.

Texto disponível em

<http://www.unesco.pt-pdfs-docs-contributosdedes.doc>.URL

CRITÉRIOS DE QUALIDADE PARA ESCOLAS - EDS GUIA PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

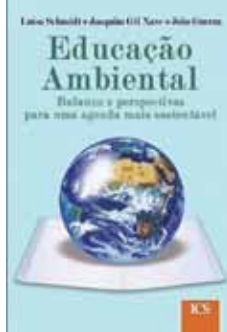
Documento produzido pelas redes School Development through Environmental Education (SEED) e Environment and School Initiatives (ENSI), traduzido por Manuel Gomes, que apresenta uma proposta de critérios para serem usados como ponto de partida para reflexões, debates e propostas de trabalho em escolas que escolheram a Educação para o Desenvolvimento Sustentável como o fundamento da sua missão e do seu Projecto Educativo.

Texto disponível em

http://www.drel.min-edu.pt-noticias-criterios_de_qualidade_para_escolas_guia.pdf.url

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: BALANÇO E PERSPECTIVA PARA UMA AGENDA MAIS SUSTENTÁVEL

Luisa Schmidt,
Joaquim Gil Nave
e João Guerra
Ed. Imprensa
de Ciências Sociais
(2010)



A partir de dois inquéritos de âmbito nacional – um aplicado a um vasto leque de organizações não-escolares estatais, privadas e associativas e outro aos estabelecimentos de ensino básico e secundário portugueses –, os autores apresentam o tipo de projectos de educação ambiental que se desenvolvem em Portugal, dando especial ênfase ao modo como estas actividades têm alcançado um papel relevante na formação para a cidadania e na mobilização para o desenvolvimento sustentável. ::

Lúisa Schmidt

SECOND COLLECTION OF GOOD PRACTICES EDUCATION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT

Colecção dedicada à divulgação de projectos inovadores desenvolvidos em 2009 nas escolas associadas da UNESCO em diversas partes do Globo. Aqui encontram-se exemplos de projectos levados a cabo em escolas urbanas e rurais, grandes e pequenas, bem equipadas e com poucos recursos, mostrando como se pode promover a educação para o desenvolvimento sustentável de tantas e diferentes formas. Na apresentação de cada projecto é referido o contexto que levou à implementação do mesmo, os objectivos e a forma como se concretizou, os resultados que se alcançaram e o impacto que teve na comunidade. Partilham-se também pistas/sugestões para outras escolas poderem adoptar esses mesmos projectos.

No capítulo dedicado aos países europeus, é referido um trabalho desenvolvido em Portugal, na Escola Secundária Dr. Ginestal Machado (Santarém), Na Área de Projecto do 12.º ano: A ilha sustentável “Siscoália”. ::

Texto disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001812/181270E.pdf>



GUIÃO DE EDUCAÇÃO DO CONSUMIDOR GUIÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CONHECER E PRESERVAR AS FLORESTAS GUIÃO DE EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE – CARTA DA TERRA



Guiões Pedagógicos de apoio à Educação para a Cidadania, editados pela Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular. Com esta colecção pretende-se disponibilizar um conjunto de orientações e de materiais pedagógicos para apoiar os educadores e professores no ensino e no desenvolvimento de actividades e projectos com os seus alunos.

Guião de Educação para a Sustentabilidade – Carta da Terra: ver Noesis n.º 69, rubrica Meios e Materiais, pág. 57.

Guião de Educação do Consumidor: ver Noesis n.º 70, rubrica Meios e Materiais, pág. 57.

Guiões disponíveis em http://www.dgicd.min-edu.pt/cidadania/Paginas/Guiões_Pedagogicos.aspx

Prática em destaque



SISCOÁLIA A ILHA SUSTENTÁVEL

Passo a passo, ano a ano, Siscoália – a ilha sustentável vai ganhando corpo. Projecto coordenado por Alexandra Forte e realizado na Área de Projecto do 12.º ano da Escola Secundária Dr. Ginestal Machado, estender-se-á até ao final da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. A criação de uma ficção deu lugar a uma realidade – um projecto em desenvolvimento – com início em 2006 e final em 2015.

Texto de Teresa Fonseca
Ilustrações de Jorge Padeiro

Ao entrar naquela sala de aula da Escola Secundária Dr. Ginestal Machado, deparamos com os alunos do 12.º A, curso de Ciências e Tecnologia, em pequenos grupos, sentados junto dos computadores, a dar corpo aos seus projectos, fervilhando de entusiasmo. Projectos? Trata-se do tempo destinado à Área de Projecto. Alexandra Forte, professora da turma de Física e Química e de Área de Projecto, rodopia pela sala e, tal como um rádio muda de comprimento de onda, também ela passa de tema para tema a fim de dar apoio a cada projecto específico.

Os grupos delinearão os seus projectos, que vão desenvolvendo ao longo do ano lectivo. São todos bastante interessantes, mas foi, na verdade, um deles que despertou a nossa atenção e nos levou até Santarém. Trata-se de um projecto de desenvolvimento sustentável que nasceu no ano lectivo de 2006/2007 e se vai desenvolver ao longo de toda a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

O grupo que este ano lectivo se dedica a dar continuidade ao projecto é constituído pelo Bruno, pelo Diogo, pelo Filipe e pelo Francisco. Estes, tal é o entusiasmo, quase se atropelam para explicar aquilo que estão a fazer. Assim, Diogo diz: “O primeiro grupo criou todas as regras.” Filipe acrescenta: “Nós não vamos mexer no que já está feito dos anos



anteriores. Vamos dedicar-nos ao sector da economia, criando as infra-estruturas de turismo para a ilha.” Perante a expectativa do que será o produto final, Francisco afirma: “O produto final será um modelo virtual de turismo exemplar.” Ao tentar explicar o suporte informático que utilizam para a criação desse modelo, Bruno declara: “Se existe o jogo SIMS City¹, porque não aproveitar essa ferramenta?” Os alunos, preocupados em esclarecer como desenvolvem o trabalho, mostram plantas de todo o aldeamento turístico e os resultados das pesquisas sobre promoção de turismo na ilha, influência do turismo no ambiente, comércio, etc. Francisco remata: “Fizemos estudos de mercado. Aprendemos muito...”

É extremamente interessante ver como alunos diferentes, em anos diferentes, se entregam inteiramente ao projecto e vão dando continuidade a uma ideia inicial que, pelos vistos, tem tido pernas para andar.

ONDE TUDO COMEÇOU!

A um canto da sala, junto a Alexandra Forte, encontra-se Manuel Pedroso, um dos fundadores do projecto que, hoje, aluno de engenharia, veio fazer o balanço destes três anos de projecto e

Localização Geográfica: Hemisfério Sul, Oceano Atlântico

Área: 638.066 km²

Número de habitantes: 37.000.000 Habitantes

Repartição da população: 70% Urbana, 30% Rural

Esperança Média de vida: 80 anos

Moeda: Turos (1Ð = Ð1.20)

P.N.B. por habitante: Ð 72.000

Produtos de exportação:

Ouro, pedras preciosas, produtos e serviços

Idioma Oficial: Português

Outros Idiomas: Inglês e Espanhol

Grupos étnicos: Latínos, Americanos e Europeus

Religiões: Todas



A IDEIA INICIAL

Este projecto foi elaborado no âmbito da área curricular de Área de Projecto do 12.º ano e visou a Educação para o Desenvolvimento Sustentável. A ideia da ilha surgiu com o intuito de promover a sustentabilidade a vários níveis (económico, social e ecológico), visto podermos construir um novo Mundo com novas leis que respeitem a igualdade, a justiça e a solidariedade, ou seja, um Mundo melhor para todos. O conceito de sustentabilidade foi-nos apresentado através do projecto Escolas Associadas da UNESCO e de imediato quisemos dar o nosso contributo para que os jovens de hoje possam reflectir acerca do Mundo actual e imaginar como poderia ser um Mundo diferente através da nossa ilha. Um Mundo em que as gerações futuras possam ter os mesmos recursos que as actuais. Pessoalmente, sempre pensei que o projecto teria repercussões no futuro ao nível escolar, mas com grande entusiasmo verifico que se estendeu não só à escola como também à comunidade, levando assim a nossa mensagem mais longe.

Manuel Pedroso
(aluno do 12.º ano
de 2006-2007)



avaliar em que medida a ideia inicial – criação de um país que correspondesse a todos os valores da UNESCO em matéria de desenvolvimento sustentável – tem sido desenvolvida.

Tanto Alexandra Forte como Manuel Pedroso se sentem orgulhosos dos caminhos trilhados pelos diferentes grupos que se têm envolvido no projecto, cuja qualidade foi reconhecida pela UNESCO, sendo apresentado por esta como um exemplo de uma boa prática a nível mundial de Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Este projecto já foi apresentado em Espanha, no Instituto Severo Ochoa, no México, às escolas associadas da UNESCO, e em Portugal, a várias escolas secundárias.

Era uma vez quatro amigos, o André, o João, o Filipe e o Manuel, curiosos, arrojados e determinados

Tudo começou a partir da criação de uma história. Afinal foi a construção de uma ficção que transformou o quotidiano de alunos, desde 2006 até à actualidade, numa realidade de aprendizagens enriquecedoras.

UM PAÍS IMAGINÁRIO. ERA UMA VEZ...

Era uma vez quatro amigos, o André, o João, o Filipe e o Manuel, curiosos, arrojados e determinados, que pensaram que seria possível, nos inícios do século XXI, criar um país em que todos tivessem qualidade de vida, o ambiente fosse preservado e a herança deixada aos vindouros fosse melhor do que aquilo que encontraram. Talvez uma ilha fosse uma ideia mais interessante. Então, à semelhança dos navegantes da era dos descobrimentos, fizeram-se ao mar à procura de uma ilha que tinha emergido na sequência de um terramoto de dimensões nunca antes sentidas a nível mundial, lá para os lados da Argentina. E estes navegantes do século XXI descobriram uma ilha deserta...

Empenharam-se numa colonização especial, com povos de diversas etnias e várias nações. Aspiraram a um país independente, construído com base no melhor de cada sociedade do Mundo, tendo a sua moeda, a sua bandeira, as suas leis e o seu próprio sistema económico e social, regendo-se por um conjunto de princípios e valores de solidariedade, justiça, igualdade, liberdade, etc. Em suma, um país criado e desenvolvido segundo todos os domínios da sustentabilidade.

Neste país imaginário só se utilizaria energia limpa (solar, hídrica e eólica), água dessalinizada ou das chuvas e transportes eléctricos. Praticava-se agricultura

biológica e as indústrias existentes seriam não poluentes. Nesta ilha o consumo teria de ser regrado e as receitas maiores que as despesas. Então Siscoália seria uma ilha sustentável!

COMO SISCOÁLIA CRESCEU...

O que fazer ao longo dos anos? Quais as prioridades?

O grupo fundador estabeleceu as linhas gerais, organizou política e administrativamente o país e criou as infra-estruturas fundamentais.



O primeiro grupo de alunos a dar continuidade ao projecto dedicou-se à sustentabilidade a nível social, criando uma cidade multicultural – Orbis – onde todas as etnias viviam em harmonia. Onde todos eram respeitados nas suas diferenças.

O grupo seguinte envolveu-se na vertente ecológica, criando um carro solar e utilizando as energias renováveis como única fonte energética da ilha. A preservação do ambiente da ilha foi o principal propósito do grupo.

O grupo deste ano dedicou-se então à área económica, com a criação do ecoturismo como fonte de rendimento da ilha.

E para o futuro? Alexandra Forte afirma: “Para o ano a proposta é o consumo. Vamos ver se as raparigas se envolvem, porque, para pena minha, até à data só se envolveram neste projecto rapazes.” ::

¹ A utilização deste jogo de simulação no desenvolvimento deste projecto mostra como a imaginação e a criatividade na selecção dos recursos não intencionalmente educativos podem estar ao serviço das aprendizagens.



UM PROJECTO PARA A DÉCADA

No âmbito da área curricular de Área de Projecto do ensino secundário (12.º ano), foi implementado em 2006/2007, na Escola Secundária Dr. Ginestal Machado (Santarém), um projecto intitulado Siscoália: A Ilha Sustentável, que visa a sustentabilidade em todas as suas vertentes.

Um grupo de quatro alunos (André Simões, João Rebelo, Filipe e Manuel Pedros) teve conhecimento do conceito de sustentabilidade através das orientações do projecto das Escolas Associadas da UNESCO, do qual a professora de Área de Projecto (Maria Alexandra Forte) era coordenadora. Este grupo de alunos baseou-se na ideia de um Mundo sustentável e decidiu criar uma ilha virtual no oceano Atlântico que obedecesse a esse conceito. Criaram uma nova nação sustentável com novas leis, novas infra-estruturas e com um novo sistema económico e social. Assim, foi criada uma possibilidade de os alunos reflectirem num leque variado de assuntos, tais como: igual acesso à educação e a cuidados de saúde, um sistema social solidário e justo, fontes de energia renováveis, um sistema económico sustentável e viável e um consumo regrado.

Este projecto foi apresentado a nível nacional e internacional para promover uma consciência sustentável a nível global, interagindo assim com a comunidade e outras escolas. Os resultados deste projecto foram muito positivos, pois este perdurou, não ficando estanque e confinado ao ano lectivo de 2006/2007, estendendo-se até ao presente ano lectivo.

Assim, um grupo diferente de alunos, todos os anos, acrescenta algo de valioso à ilha, com ideias criativas e um compromisso colectivo de implementação da sustentabilidade. Já se percorreram alguns pontos deste conceito: em 2007/2008 foi criada uma cidade multicultural (Orbis), dando destaque à vertente social; em 2008/2009 foram implementadas na ilha as energias renováveis e uma rede de transportes movida a energia solar, explorando-se assim a parte ecológica.

No presente ano lectivo, um novo grupo de alunos está a criar um sistema económico viável e sustentável, implementando o ecoturismo na ilha. Este projecto facilitou ainda a aprendizagem de novas competências no âmbito das Tecnologias da Informação e Comunicação, pois foi necessário utilizá-las em sala de aula para criar as imagens virtuais da ilha. E ainda, através de um jogo como o SIMS City, os alunos puderam criar as maquetas virtuais a 3D da cidade, da rede de transportes, energias renováveis, e este ano lectivo criar as maquetas das estâncias turísticas.

Maria Alexandra Forte

● Na sala de aula

UM PROJECTO À MEDIDA DOS ALUNOS



“Qual é o vosso papel? Têm 30 minutos para pensar num projecto que contribua para tornar o Mundo onde todos vivemos mais sustentável.” Este foi o desafio lançado aos doze alunos do segundo turno da turma do 9.º A por João Paulo, professor da disciplina de Ciências Naturais, na escola EB 2,3 Dr. José Pereira Tavares, de Pinheiro da Bemposta.

Texto de **Helena Skapinakis**
Fotografias de **Jorge Padeiro**

No início da aula, o professor envolveu a turma numa troca de ideias, onde esclareceram o conceito de “desenvolvimento sustentável” e procuraram pistas para perguntas como: O que é a qualidade de vida? A promoção da saúde é importante para a qualidade de vida? Quais as estratégias para viver com qualidade de vida? Qual a relação entre a nossa qualidade de vida e o ambiente que nos rodeia? Como manter o conforto, mas travar o excesso? Como produzir menos lixo? Como reciclar?

Apesar de as respostas dadas serem as esperadas, era necessário clarificar como todos aqueles aspectos que se discutiam eram abrangidos pelo conceito de desenvolvimento sustentável. No entanto, o objectivo daquela aula não era uma mera troca de palavras: o professor queria espicaçar os alunos e levá-los à acção. “Qual é o vosso papel? Em grupos, devem pensar num projecto que envolva a comunidade e contribua para a promoção da saúde e qualidade de vida e, consequentemente, para o desenvolvimento sustentável. Muito importante: deve ser exequível e ter prazos definidos.” Como ponto de partida, o professor distribuiu pelos três grupos que se formaram exemplos de notícias com actividades que envolveram a comunidade. Rapidamente, a troca de ideias invade a sala, enquanto os jovens respondem ao desafio.

UMA AULA EM ACÇÃO

O grupo da Catarina, do Fábio, do Daniel Murça e do Daniel Magalhães procura inspiração nos textos distribuídos. Com uma notícia na mão, Catarina comenta: “Nesta fala-se de rastreios. Vieram fazer exames gratuitos à população.” Mas a jovem não fica por aqui e partilha com os colegas a sua ideia: “Nós podíamos fazer um inquérito na escola sobre o

stress!” Os três rapazes gostam da ideia e imediatamente Daniel Magalhães justifica porque é que os alunos sofrem de *stress*: “Há muitos testes na mesma semana!” “Por vezes até no mesmo dia!”, queixa-se logo de seguida Daniel Murça. Questionando-se sobre a origem desse *stress*, os jovens decidem investigar se é apenas consequência da vida escolar, ou se a vida familiar também tem influência.



A mesa do lado é a mesa só com raparigas e elas debatem ainda que tema escolher e como o abordar. “E se fizéssemos uma campanha onde se pudesse trocar lixo por alimentos? As pessoas trazem pilhas e troca-se por um quilo de arroz”, lança Fátima. Alexandra sorri e tem outra ideia: “E se fizéssemos uma campanha para ensinar os idosos a separar o lixo?” Filipa tenta dar resposta à colega: “Muitas vezes as pessoas não fazem a separação porque não têm ecoponto perto da sua casa.” Ana Catarina tinha estado em silêncio, mas faz ouvir a sua voz: “E se fizéssemos panfletos sobre isso?” João Paulo circula pela sala, dando espaço aos alunos para

ensaiarem as suas ideias. “Se usarem panfletos, não estão vocês também a fazer lixo?”, comenta quando se aproxima das jovens. O professor prossegue, lembrando-lhes o início da aula, onde criticaram a venda de produtos que trazem desnecessariamente uma dupla embalagem, e deixam-lhes, então, sugestões: “Podem, por exemplo, pensar como reutilizar esses panfletos. Ou transmitir essa informação num saco de pano.”



No entanto, as jovens não estão satisfeitas. Já decidiram que querem trabalhar a questão da separação do lixo, mas não era bem assim que se imaginavam a agir e não queriam contribuir para produzir mais desperdício. Continuam, então, entre si, a pensar num projecto à sua medida. As palavras do professor ao apresentar a tarefa estão bem presentes: o projecto pode ser pequeno, mas deve ser exequível, ou seja, elas devem ser capazes de efectivamente o realizar. O grupo da Daniela, Cátia, Eduardo e Carlos está mais avançado. Querem contribuir para a preservação da escola, criando um grupo que limpe os espaços exteriores, uma ou duas vezes por mês, depois das aulas. Para aliciarem voluntários, pensaram oferecer um lanche no final. “Para eles não se fartarem, podemos variar a recompensa ou, pelo menos, ir mudando o lanche”, propõe Daniela.

Ao ouvir a ideia destes alunos, João Paulo sorri: “Ainda bem que as aulas acabam cedo!” Carlos explica porque é que esse pormenor é tão importante: “É que aqui, às cinco, no Inverno, já é noite.” Eduardo intervém, sentindo que isso não é impedimento para que o projecto ganhe asas: “Mas limpar a

É preciso pensar nos detalhes finais dos projectos para serem apresentados à turma.

parte de fora da escola é rápido!” “E se forem todos a limpar ainda é mais rápido”, acrescenta Daniela. Falta, porém, criar um nome para este grupo. Sem hesitar, os jovens começam então a lançar siglas para o ar, enquanto se divertem com as possibilidades de interpretação que estas sugerem.

OS RETOQUES FINAIS

Acompanhando de perto o desenrolar dos trabalhos, o professor dá as últimas sugestões a cada grupo. Todos já olharam para os relógios e sabem que o tempo da aula não pára. É preciso pensar nos detalhes finais dos projectos para serem apresentados à turma.

Os jovens que escolheram o tema do *stress* decidiram aplicar os inquéritos no terceiro período, antes dos exames nacionais, e divulgar os resultados no átrio da escola, embora Catarina realce que estão agora preocupados com outro aspecto: “É preciso também apresentar medidas de combate.” No entanto, o professor, que entretanto se tinha aproximado, provoca-os com uma simples questão: “Como vão envolver a comunidade?” Os alunos trocam olhares entre si, sem saber como responder.

As jovens que desenvolviam o projecto da separação do lixo tinham também chegado a uma conclusão. Ana Catarina explica: “Vamos criar uma apresentação com imagens chocantes de lixo existente na escola e na zona, acompanhadas de frases apelativas, para sensibilizar as pessoas.” Como queriam dar visibilidade à apresentação, iriam projectar essas imagens no átrio da escola para todos verem. “E no fim lembramos como se deve separar!”, conclui Fátima.

Carlos, do grupo da limpeza da escola, apresenta, orgulhoso, a sigla que inventaram: “PAE: Protecção Ambiental Escolar!” Mas o grupo tinha tido mais ideias e Cátia dá os detalhes: “Para o lanche, pede-se apoio às empresas e os nomes dos voluntários são divulgados.” Entusiasmada, Daniela reforça a explicação: “É para dar uma recompensa aos alunos que participam no projecto!”

É TEMPO DE PARTILHAR OS PROJECTOS

Faltam dez minutos para a aula acabar. O professor relembra: “O vosso projecto deve ter uma estrutura que se aplique a qualquer escola. Não se trata apenas do que vocês, 9.º A, podem fazer, mas do que qualquer turma pode também desenvolver. Muito bem! Chegou o momento de cada grupo apresentar o projecto à turma.”

O grupo da Filipa avança primeiro. Explicam aos colegas a sua ideia de projectar no átrio imagens chocantes relacionadas com o lixo que não foi devidamente tratado. Um dos colegas, atento, aproveitou para lembrar: “Quando os pais vierem buscar as notas à escola, podem ver o trabalho!” Alexandra continua: “E pode ser projectado para os que vêm ter aulas à noite.” O projecto sobre o *stress* foi também melhorado como uma sugestão do Eduardo: “Se fizerem esses inquéritos também no segundo período, podem depois comparar os resultados com os inquéritos aplicados no final do ano.” Finalmente, o último grupo, através de Eduardo, apresenta o projecto do PAE.

Já em conversa tranquila na sala de professores, João Paulo comenta a aula. Explica que percebeu que alguns projectos, aparentemente, se afastaram da questão da promoção da saúde. Na aula seguinte, pretende regressar aos trabalhos e debater como é que aquela questão, na verdade, está presente. Pensa também que quando os alunos apresentarem por escrito os projectos, num exercício que os obrigará necessariamente a explicitar os objectivos que pretendem atingir, irão reflectir e perceber de que forma estão também a contribuir para promover a qualidade de vida e a saúde.

No entanto, o seu objectivo para aquela aula era que, em 30 minutos, os alunos conseguissem pensar numa actividade concreta, dentro da temática abordada. O professor esperava que desta forma se apropriassem do projecto que conceberam e se entusiasmassem com a ideia de contribuir para tornarem o meio onde vivem mais sustentável. Só assim passariam efectivamente à acção. Apesar dos desvios, considera que os trabalhos dos alunos eram “exequíveis e adequados à realidade escolar e social em que vivem”. Por isso, conclui: “As propostas responderam às minhas expectativas.” ::



JOÃO PAULO EM DISCURSO DIRECTO

O ensino das ciências reveste-se, obrigatoriamente, de uma componente cívica e de sensibilização ambiental que não pode ser descartada. Se, por um lado, muitos temas do currículo nos podem facilmente encaminhar para os temas da preservação ambiental, da gestão sustentável dos recursos naturais, enfim, do desenvolvimento sustentável, por outro lado, os alunos são sensíveis a estas questões e respondem prontamente, disponibilizando-se a ajudar ou mesmo a dinamizar actividades, quando são estimulados, desafiados e/ou provocados.

Há, no entanto, diferenças de escola para escola que não podem ser ignoradas quando se pretende desenvolver um projecto. Na condição de professor contratado, tenho mudado de escola anualmente e comparo os alunos de escolas de meios rurais e de meios urbanos. Não apenas na resposta aos estímulos, na literacia informática ou na forma de interagir, mas também na sensibilidade em relação ao meio ambiente e aos recursos naturais.

O aluno de meio rural não tem grande preocupação com a poluição atmosférica provocada pelo tráfego rodoviário, mas é sensível à pobreza ou à problemática dos fogos e da destruição de *habitats* pela construção desordenada. Já o aluno urbano está mais preocupado com a gestão dos lixos, a poluição sonora e visual, o estacionamento desordenado e a violência.

Os projectos que se podem desenvolver a nível nacional ganham com estas diferentes realidades e sensibilidades, quando se constituem em redes de escolas e se assumem como um espaço próprio onde se complementam as ideias e as acções desenvolvidas. A divulgação e avaliação de projectos congéneres tornam-se, desta forma, fundamentais, por permitirem a criação de materiais que podem ser partilhados e reutilizados, em articulação vertical e horizontal, ou que podem mesmo ser adaptados e apropriados por diferentes escolas.

Repórter na escola

“VAMOS PROTEGER!”

Alunos dos 5.º e 6.º anos de escolaridade, em pequenos grupos, mostram como se contribui para o desenvolvimento sustentável no Clube do Ambiente da Escola Francisco Ornelas da Câmara, em Praia da Vitória, Açores: portáteis com imagens a passarem, livros especializados em fauna e flora espalhados sobre a mesa e olhos atentos, absortos e cheios de energia, que pesquisam sobre plantas e animais.

Texto de **Manuel Carvalho Gomes**
Fotografias de **Ana Maria Bettencourt**

De onde vem a curiosidade dos alunos? O interesse em conhecer e preservar o ambiente? É preciso voltar atrás, a um momento muito especial na memória destes jovens. É impossível não sorrir perante o entusiasmo com que mostram as fotografias e contam a história daquela ave que foi protagonista nas suas vidas. Algumas dessas fotografias estão nos seus telemóveis e retratam o momento em que devolveram um cagarro ao seu meio natural. Este, baptizado carinhosamente de Chiuauá, tinha caído durante a noite no pátio da escola, devido ao encandeamento pelas luzes. No dia seguinte, os alunos do clube levaram-no, numa caixa própria, para a beira-mar, onde o depositaram com mil cuidados. O Chiuauá foi fotografado em várias poses, como um verdadeiro modelo, e depois de ter feito algumas proezas de *surf* sobre as ondas do mar, levantou voo e lá foi ele...

Estes pequenos momentos são marcantes na vida dos alunos. Os seus gestos assumem outra dimensão, quando vêem que a contribuição do seu clube marca a diferença, neste caso salvando a vida de uma ave. Sentem que vale a pena tomar uma atitude e empreender uma acção.

Álvaro Areias, o coordenador do clube, comenta que estas situações são frequentes e servem de inspiração para os alunos. A Catarina, por exemplo, escreveu um pequeno conto onde narra a aventura de duas crianças que salvaram uma família de cagarros. Intitulado “Vamos proteger”, o texto ganhou o 1.º prémio nacional do concurso Jovens Escritores Modelo, da Texto Editores, na categoria ambiente, em 2009. Mas

a participação destes alunos na vida escolar também se alterou, como explica Octávia com orgulho: “Nas aulas de Ciências da Natureza, por exemplo, quando se fala do ambiente, somos nós, os alunos do clube, os que damos respostas mais completas.”





UMA APOSTA SEM FRONTEIRAS

No entanto, para além das transformações que são visíveis na escola, é também importante o conhecimento que os alunos adquirem no clube e que levam para casa, porque este vai, conseqüentemente, contribuir para alterar os comportamentos dos que vivem com eles. A Gabriela, que, segundo os colegas, nesse dia estava “com as pilhas carregadas”, afirmou: “Todos os alunos da escola deveriam pertencer ao clube do ambiente, porque aprendemos coisas que depois podem ser aplicadas em casa!” Filipe acrescenta: “Eu, no sítio onde moro, recolho em baldes a água da chuva que escorre pelas telhas para a utilizar na rega das plantas. É uma forma de poupar e a água da chuva é melhor para as plantas do que a água da torneira.” Ao ouvir Filipe e os colegas, Álvaro Areias esclarece que este era o tipo de

comportamentos que esperavam motivar, na escola e em casa, quando criaram o clube, no ano lectivo de 1994/95. Acrescenta que era uma aposta da escola a longo prazo: “Ia ao encontro da minha percepção de que a Educação Ambiental era um poderoso meio de formação para a cidadania.” O clube foi assim constituído com o objectivo principal de sensibilizar os seus elementos e a comunidade escolar para as questões ecológicas que afectam e condicionam a vida no Planeta e para a necessidade de se participar, de forma empenhada e esclarecida, na defesa e conservação do ambiente natural dos Açores. Os alunos desenvolvem várias actividades de pesquisas e saídas de campo. Envolvem-se com entusiasmo nas actividades propostas e, no clube, como referem, não é preciso o professor obrigar ninguém a estar atento à matéria.

Por vezes, até pedem a chave do clube e vêm mais cedo: todos sabem o que devem fazer.

NÃO HÁ SÓ MELROS E ERVA

Neste dia, o trabalho que realizam tem um sabor especial: antecede uma saída de campo. Os jovens fizeram as suas investigações sobre a fauna e a flora e estão prontos para apresentar os resultados das pesquisas.

No início da sessão do clube, Álvaro Areias tinha-lhes apresentado o trabalho: “Hoje, vamos primeiro identificar plantas e aves endémicas dos Açores recorrendo a bibliografia especializada. Depois vamos seleccionar as que são da ilha Terceira, mas que não constam do nosso banco de imagens, e fazer uma lista com elas, para as poderem identificar e fotografar mais facilmente nas saídas de campo.”

No entanto, os jovens não param por aqui e querem continuar a trabalhar. Assim, terminada a apresentação dos resultados da pesquisa, discutem a preservação do priôlo. É um tema ao qual eles são sensíveis, porque esta ave é a espécie mais ameaçada da Europa e só vive numa área restrita em S. Miguel. Debatem então o projecto Life Priôlo para estudo e conservação desta ave e encerram mais uma sessão do clube com uma mensagem: “Para a tua vida durar, do ambiente deves cuidar!”



Antes de os alunos saírem, Álvaro Areias explica que as tarefas propostas são sempre recebidas com atenção e todos sabem que as saídas de campo são momentos importantes. Estas permitem-lhes articular o que pesquisam com a realidade que os envolve: articular a teoria e a prática. Por outro lado, dá-lhes igualmente a possibilidade de se familiarizarem com o património ambiental dos Açores, e em especial da ilha Terceira, visitando locais que a maior parte não conhece. No caso de Pedro Pereira, por exemplo, este aderiu ao clube por querer conhecer as aves e as plantas, referindo: “Para mim, antes, era tudo melros e erva!”

As saídas de campo são momentos importantes: permitem articular a teoria e a prática.

VERDES SÃO OS CAMPOS

No dia seguinte, tal como fora previamente combinado, alguns alunos do clube realizaram uma saída de campo à zona geomorfológica do Pico Alto. A saída é orientada por Paulo Barcelos, presidente da Associação dos Montanheiros, e conta com o apoio logístico de Luísa Brás, dos Serviços de Ambiente da Terceira. Ocupado na escola com as suas tarefas quotidianas, Álvaro Areias não acompanha os seus alunos. No entanto, estes mostraram-se entusiasmados, atentos e intervenientes e acompanham a visita com um caderno de campo, que foi elaborado pela Secretaria Regional do Ambiente.

No início do percurso, dirigem-se à nascente do Pico Alto e observam espécies pertencentes à vegetação natural da ilha Terceira e espécies introduzidas, algumas delas consideradas invasoras, como as silvas e a roca-de-velha. Paulo Barcelos chama a atenção para a capacidade de retenção de água das turfeiras de musgão e para a sua importância no sistema hidrológico. Atento à explicação, Pedro Lima “experimentou” uma espécie de desporto radical: escorregar no solo lamacento. Todos riram. Aproveita-se para se abordar a necessidade de se seguirem as regras de segurança adequadas às características de cada itinerário ambiental.

Durante o percurso, os alunos observam as árvores que os rodeiam: possuem folhas perenes, características da floresta laurissilva típica dos Açores e, conseqüentemente, com um baixo risco de incêndio. Paulo Barcelos alerta para a necessidade de preservação destes espaços: “Nós estamos numa ‘floresta museu’, restrita à região dos arquipélagos da Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde. Na Madeira, é considerada, desde 1999, património da Humanidade.”

O banco de imagens do Clube do Ambiente possui fotografias digitais que foram, muitas delas, registadas pelos alunos em saídas de campo para estudar a biodiversidade. Destaque-se que algumas mereceram o reconhecimento da Universidade dos Açores, que as utilizou no seu Portal da Biodiversidade, que pode ser consultado em <http://www.azoresbioportal.angra.uac.pt/>
O sítio do clube está disponível em <http://clubambientefoc.no.sapo.pt/> com informação sobre as suas publicações nos domínios da flora e da avifauna dos Açores



Ao longo da visita, os alunos respondem às questões que o orientador coloca e têm também oportunidade de mostrar o que sabem. Para concluir a questão da biodiversidade, Paulo Barcelos detém-se diante de uma planta muito conhecida e explica: “A hortênsia é uma espécie invasora trazida do Japão há 150 anos. Mas está actualmente com um programa de controlo por ser fortemente competitiva.”

“PARECEM BRINDEIRAS”

No domínio da geodiversidade, o maciço do Pico Alto mostra a grande variedade de rochas da ilha Terceira. Num campo de escórias, observa-se a bagacina, pedra-pomes, obsidianas (vidro vulcânico) e bombas vulcânicas. Ao longo da visita, Paulo Barcelos tinha chamado a atenção para o facto de não poderem levar nada do que viam para casa: “Este é um espaço que deve ser respeitado.” No entanto, aqui há muitas rochas e na mão da Ana Carolina é depositado cuidadosamente um exemplar destas bombas, que é levado para enriquecer o espólio do clube. Pedro Pereira aproveita para comentar: “Parecem “brindeiras!” E, para a reportagem, acrescenta: “É um bolo típico da ilha Terceira, que parece um pão e que é oferecido como brinde nas festas.”

Em jeito de conclusão, entusiasmado com o desempenho habitual dos alunos em qualquer saída de campo, mesmo sem a sua presença, Álvaro Areias comenta que o contacto com a Natureza é essencial para fortalecer a ligação com o património que pertence a todos. E termina, acrescentando que as suas próprias motivações têm origem no facto de ter sido criado em contacto com a Natureza, “numa terra onde abundam as nascentes e a água cristalina ainda corre nas ribeiras, numa terra onde se avistam as montanhas cobertas pela floresta nativa dos Açores e onde o mar é uma constante” ::

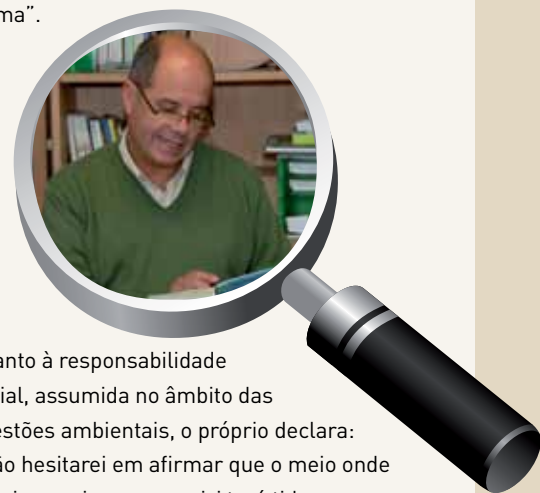
Nota: A saída de campo foi realizada no âmbito do projecto Cidadania e Sustentabilidades para o Século XXI: Caminhos para Uma Comunidade Sustentável nos Açores, financiado pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

ÁLVARO AREIAS VISTO À LUPA

Álvaro Areias, gestor de toda esta energia, é ao mesmo tempo professor de Português e de História e coordenador do Programa Eco-Escolas.

No clube, os alunos dizem que ele é “fixe”, pois não “briga” com eles.

Nos encontros de ambiente onde tem participado, ao princípio, todos pensam que é professor de Ciências. Depois reconhecem que, pelo facto de ser professor de Português, a sua relação com o ambiente tem mais “alma”.



Quanto à responsabilidade social, assumida no âmbito das questões ambientais, o próprio declara: “Não hesitarei em afirmar que o meio onde nasci, cresci e sempre vivi terá tido um papel determinante na génese da minha sensibilidade ecologista e das preocupações que tenho desde sempre manifestado pelas questões que dizem respeito à preservação do nosso património natural.”

COMO USAR CANÇÕES NA AULA DE LÍNGUAS

A utilização de canções nas aulas de línguas pode constituir uma ferramenta útil para tornar as aulas mais atraentes e motivadoras para os alunos, cativando a sua atenção e facilitando a memorização dos conteúdos, através do recurso a materiais autênticos, essenciais para transmitir uma língua viva.

Texto de **Pedro Miguel Dias**
Agrupamento de Escolas de Ferreira do Alentejo
Ilustrações de **Dinis Mota**

Ouvir música é uma das actividades de tempos livres preferidas pelos jovens, havendo quem lhe dedique até 40 horas por semana, aproximadamente o mesmo tempo consagrado à escola. Muitos autores falam da importância de usar música em contexto educativo e abundam os artigos e capítulos de livros com metodologias para aplicar essa técnica ao ensino das línguas e de outras disciplinas.

Importa definir que tipo de música iremos utilizar com os nossos alunos. Há autores que defendem o recurso à música clássica, mas essa não deverá ser a nossa única opção: pode ser usada para criar ambiente ou como motivação para a escrita, mas há todo um leque de actividades que dependem de usarmos música associada a texto, um requisito natural numa aula de línguas.

Existem ainda métodos de ensino com canções adaptadas ao nível de aprendizagem dos alunos e estruturadas especificamente para ensinar certos conteúdos, mas poder-se-ia objectar que essas canções não permitem o efeito de familiaridade quando os alunos reconhecem um tema que já ouviram na rádio ou na Internet, além de não serem materiais autênticos, essenciais para transmitir a língua viva.

Assim, e dada a preferência dos jovens pela música *pop* e *rock*, consideramos que esta poderá ser uma ferramenta útil, desde logo por poder tornar as aulas menos monótonas e manter a atenção dos alunos ou poder ser utilizada como “artefacto mnemónico”, facilitador da memorização.

Globalmente, e excluindo a formação musical propriamente dita, podemos falar de quatro tipos de utilização pedagógica para uma peça musical:



- a) Para controlar a duração de uma actividade: os alunos têm até ao fim da peça escolhida para terminar a realização dessa actividade – uma forma de controlar o evoluir da aula mais motivadora e menos geradora de tensão;
- b) Para criar ambiente: o professor escolhe uma peça musical como motivação para ou ilustração de um conteúdo a leccionar; por exemplo, um compositor do século XVI numa aula sobre Camões; ou para criar uma dinâmica específica dentro do grupo (acalmar, dar energia, etc.);
- c) Para recompensar os alunos: o professor cede uma parte da sua aula para ouvir uma peça musical, no que poderá ser um momento mais descontraído da mesma, assinalar uma ocasião especial (um aniversário, uma efeméride, o final de um período lectivo) ou marcar uma pausa numa sequência de actividades mais exigentes;
- d) Para ensinar um determinado conteúdo linguístico ou cultural: o professor introduz uma peça musical para, nomeadamente, treinar uma estrutura gramatical, exemplificar uma modalidade do discurso ou apresentar uma tradição local.

Como se depreende, a música pode marcar presença em diferentes momentos de uma aula, mesmo fora do âmbito estrito da disciplina de Educação Musical, em

actividades distintas e combináveis entre si. Apresentam-se a seguir algumas sugestões de actividades possíveis, com destaque para o ensino de um determinado conteúdo linguístico ou cultural. Esta proposta de tipologia poderá naturalmente ser corrigida e alargada.

1. ACTIVIDADES ANTES DE OUVIR A CANÇÃO:

- Prever vocabulário usado a partir do título, artista ou género musical;
- Prever conteúdo a partir da melodia;
- Prever conteúdo a partir de uma ilustração;
- Procurar informação sobre o artista ou sobre dados presentes no texto;
- Discutir lista de referências culturais, de vocabulário ou de expressões relevantes fornecida pelo professor.

Estas actividades são concebidas para preparar os alunos para aquilo que vão ouvir, através de imagens, listas de temas, palavras ou expressões fornecidas pelo professor e que a turma analisa em conjunto, discutindo o seu significado.

As tarefas podem também servir para activar vocabulário que os alunos já possuam ou para treinar a sua capacidade de previsão a partir de alguns dados, pedindo-lhes que especulem sobre o conteúdo de uma canção baseando-se em pistas como um fragmento da melodia, o nome do artista, o género musical ou o título da canção.

O professor pode colocar determinadas questões: “Temos uma canção de *heavy metal*, qual será o tema?”, “Esta canção fala de amor; que palavras acham que farão parte da letra?”, etc.



2. ACTIVIDADES PARA DESENVOLVIMENTO DA PRONÚNCIA, PROSÓDIA E ENTOAÇÃO:

- Ler o texto em voz alta;
- Dramatizar a leitura do texto;
- Repetir a pronúncia de palavras ou expressões a partir da gravação;
- Cantar juntamente com a canção;
- Cantar com ou sem acompanhamento instrumental;
- Transcrever a letra;
- Fazer ditado.

Tratando-se de peças musicais com um texto, as canções podem servir para modelar a pronúncia, a prosódia ou a entoação de frases ou de segmentos de discurso, tanto numa língua-padrão como nas suas variantes nacionais, regionais ou sócio-culturais (calão, por exemplo).

Ler o texto em voz alta, repetir, cantar com ou sem acompanhamento instrumental podem ser alternativas viáveis às práticas mais clássicas. Ditados ou exercícios que levem os alunos à transcrição total ou parcial do texto treinam ainda o reconhecimento das palavras, da pronúncia e ortografia.

3. ACTIVIDADES DE CORRECÇÃO DE ERROS:

- Corrigir erros gramaticais ou sintácticos, depois ouvir para verificar;
- Ouvir e corrigir ao mesmo tempo.

O professor fornece uma transcrição do texto com erros (por exemplo, palavras trocadas ou verbos mal conjugados), os alunos corrigem-na antes de a ouvirem, aplicando activamente regras de coerência gramatical, de construção sintáctica ou de coesão textual, ou corrigem a letra enquanto ouvem a canção, treinando o reconhecimento da pronúncia das palavras.

4. ACTIVIDADES DE REORGANIZAÇÃO DA LETRA DA CANÇÃO:

- Por versos;
- Por estrofes;
- Por segmentos narrativos;
- Pela rima.

A reconstrução da letra, anterior a ou simultânea com a escuta desenvolve a capacidade de apreensão do sentido global do texto e de reconhecimento do significado de palavras e expressões e da pronúncia. O professor pode, designadamente, fornecer o texto com os versos trocados e os alunos devem organizá-los de acordo com o que ouvem.

5. ACTIVIDADES DE IDENTIFICAÇÃO DE EXPRESSÕES OU CAMPOS LEXICAIS:

- Sem texto: anotar ou assinalar a ocorrência de dadas palavras;
- Com texto: ler e sublinhar;
- Dar palavras em português, para as encontrar em inglês no texto;
- Encontrar no texto antónimos ou sinónimos de palavras dadas.

Os alunos desenvolvem o seu vocabulário e o reconhecimento da pronúncia ao registar ou assinalar (com um gesto, por exemplo) a ocorrência de palavras que obedecem a um dado critério (profissões, verbos, etc.). Em alternativa, podem fornecer-se aos alunos sinónimos ou antónimos, ou os equivalentes dessas palavras noutra língua (palavras em português, para encontrar em inglês no texto, por exemplo).

6. ACTIVIDADES DE PREENCHIMENTO DE ESPAÇOS:

- Ouvir e preencher;
- Dar instruções para o preenchimento, ouvir para corrigir;
- Escolher a resposta correcta;
- Completar versos ou estrofes:
 - em função da gramática;
 - em função da rima;
 - em função da lógica narrativa;
 - em função do contexto.

O professor fornece uma transcrição do texto a que faltam palavras ou expressões.

Os alunos completam a letra enquanto ouvem a canção, treinando o reconhecimento da pronúncia e a ortografia; ou completam-na antes de ouvirem a canção, aplicando activamente as regras da língua, ouvindo depois a canção para corrigirem as suas respostas. O professor pode fornecer pistas formais (“a palavra em falta rima com o final do segundo verso”) ou gramaticais (“preenche com o verbo *work* no *present continuous tense*”).

7. ACTIVIDADES PARA EXPLORAÇÃO DO CONTEÚDO TEXTUAL:

- Decidir se afirmações são verdadeiras ou falsas;
- Responder a perguntas sobre o texto;
- Escolher a resposta certa;
- Seleccionar informação no texto;
- Justificar afirmações com informação do texto;
- Interpretar o texto;
- Modificar o texto.

A letra de uma canção é um texto, passível de ser trabalhado em contexto de sala de aula exactamente como um poema, um conto ou um texto jornalístico.

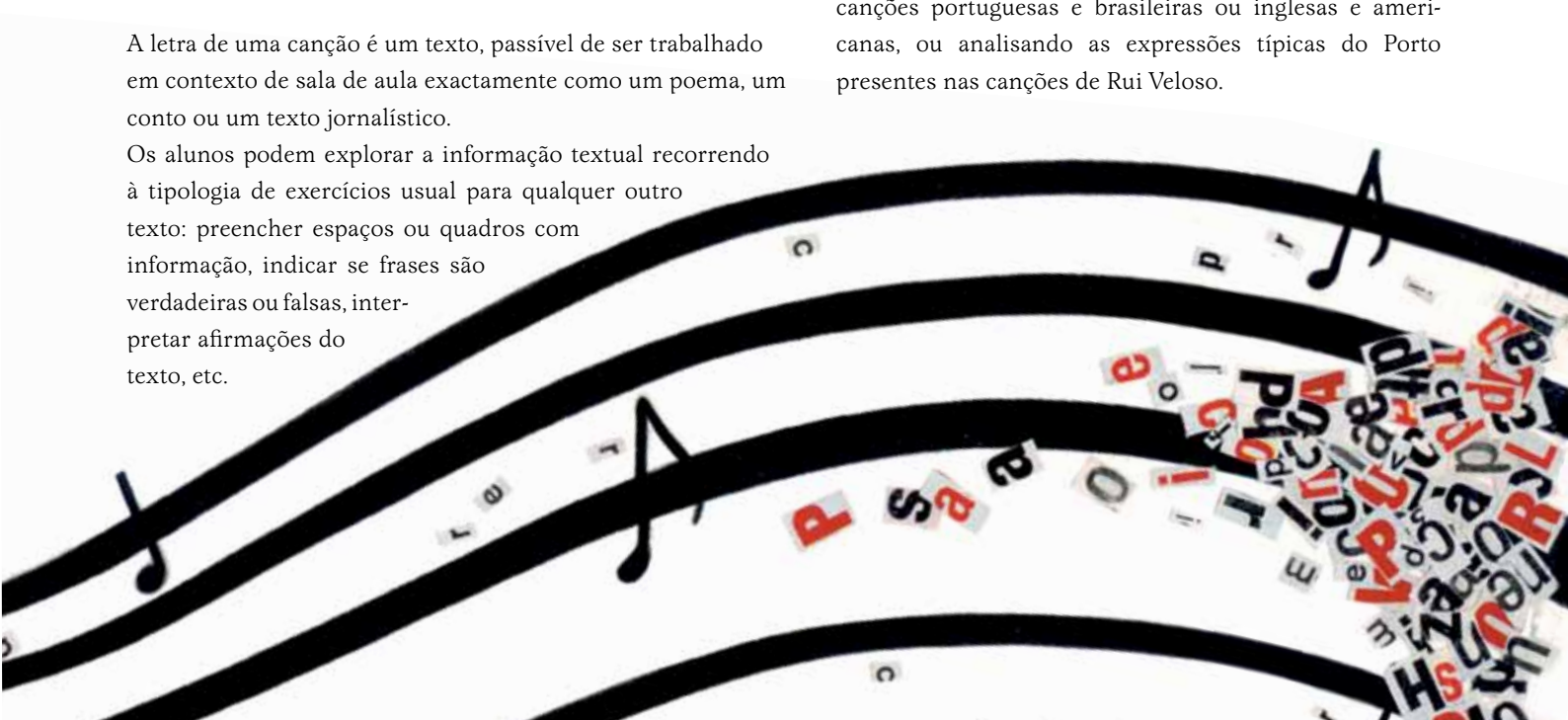
Os alunos podem explorar a informação textual recorrendo à tipologia de exercícios usual para qualquer outro texto: preencher espaços ou quadros com informação, indicar se frases são verdadeiras ou falsas, interpretar afirmações do texto, etc.

Os jovens podem ainda trabalhar as frases do texto, modificando-as de acordo com as estruturas estudadas (por exemplo, passando frases do discurso directo para o discurso indirecto).

8. ACTIVIDADES PARA EXPLORAÇÃO DE INFORMAÇÃO CULTURAL:

- Identificar, analisar e investigar:
 - datas e acontecimentos históricos;
 - nomes;
 - dados geográficos;
 - festividades e tradições;
 - calão e variantes nacionais, regionais ou sócio-culturais da língua.

Uma canção pode incluir referências a pessoas, locais, datas, acontecimentos históricos, tradições e dados geográficos, tudo isto a explorar pelos alunos. Por exemplo, “A great day for freedom”, dos Pink Floyd, pode ser o ponto de partida para um trabalho sobre a queda do Muro de Berlim; ou o instrumental “Aljubarrota”, dos portugueses Quinta do Bill, o ponto de partida para uma investigação sobre o contexto e as consequências dessa batalha. É ainda possível analisar variantes dialectais, regionais ou nacionais de uma língua, por exemplo comparando canções portuguesas e brasileiras ou inglesas e americanas, ou analisando as expressões típicas do Porto presentes nas canções de Rui Veloso.



9. ACTIVIDADES PARA DESENVOLVIMENTO DA EXPRESSÃO ESCRITA:

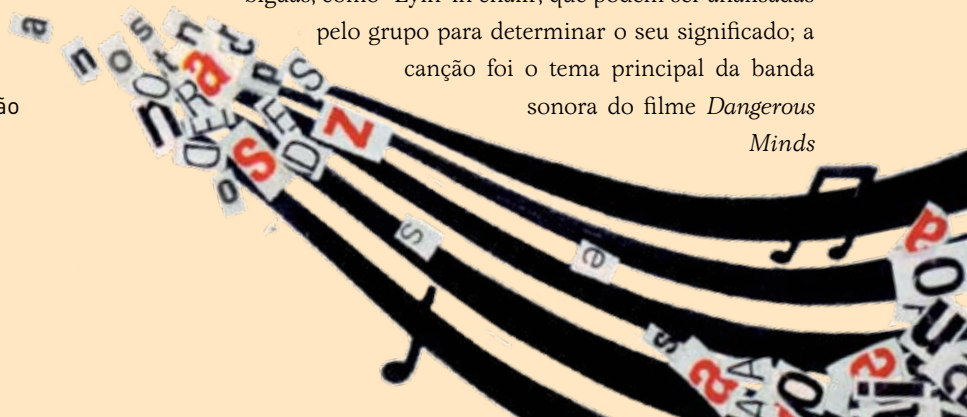
- Prever a terminação de versos ou estrofes
 - em função da gramática
 - em função da rima
 - em função da lógica narrativa
- continuar a letra da canção;
- responder a questões colocadas pela canção;
- discutir relações com outros textos
- outras canções com abordagens opostas ao mesmo tema
- textos jornalísticos
- textos literários:
 - directamente relacionados com a canção com a mesma temática da canção
- discutir relações com outros meios (pintura, vídeo, teatro, cinema...);
- descrever a canção
 - aspectos musicais (ritmo, instrumentos utilizados, tom, etc.)
 - personagens
 - tempo e lugar
 - história
 - temática
 - linguagem utilizada
 - emoções ou sentimentos sugeridos
- realizar trabalho de pesquisa
 - sobre o artista ou banda
 - sobre aspectos temáticos da canção
 - sobre aspectos culturais referidos na canção
 - sobre questões linguísticas
- escrever uma letra completamente nova sobre a mesma base instrumental
- comparar versões da mesma canção por artistas diferentes
 - diferenças na interpretação
 - diferenças no texto
- escrever uma carta
 - ao artista
 - a um personagem do texto
 - a outra pessoa que tenha ouvido a canção
- redigir composição
 - sobre a canção
 - sobre o artista
 - sobre o género musical
 - sobre a música em geral

Como se vê, são inúmeras as actividades possíveis: prever o fim dos versos; continuar a canção ou escrever uma letra alternativa; escrever sobre o conteúdo da canção, sobre a relação entre letra e melodia, sobre o artista, sobre o género musical; comparar versões diferentes da mesma canção (por exemplo, “Os Senhores da Guerra” interpretada pelos Madredeus e pelos Moonspell); responder a perguntas colocadas pela canção (por exemplo, quando Joan Osborne canta “What if God was one of us?”); discutir a relação da canção com outros textos (por exemplo, “Fast Car” de Tracy Chapman e um artigo de jornal sobre o desemprego) ou com outras artes (uma canção e um filme, um poema ou romance, um quadro); etc.

10. ACTIVIDADES PARA DEBATE ORAL NA TURMA:

- Sobre a apreciação individual da canção;
- sobre aspectos temáticos da canção;
- sobre aspectos culturais referidos na canção;
- sobre questões gramaticais;
- sobre aspectos linguísticos ambíguos;
- sobre as relações da canção com outros textos;
- sobre as relações da canção com outros meios;
- sobre o género musical.

A canção pode servir de motivação para debates envolvendo toda a turma, permitindo aos alunos desenvolver a sua capacidade de raciocínio e de argumentação. Pode discutir-se qualquer questão linguística ou cultural já referida ou partir da música para questões mais vastas (por exemplo, debater a imagem da mulher numa canção e num vídeo como “Candy shop”, do *rapper* 50 Cent). Uma mesma canção pode alimentar vários temas: “Gangsta’s Paradise”, de Coolio, aborda a violência urbana, os *gangs*, a falta de expectativas dos jovens e o abandono escolar precoce; a canção tem várias expressões coloquiais e ambíguas, como “Lyin’ in chalk”, que podem ser analisadas pelo grupo para determinar o seu significado; a canção foi o tema principal da banda sonora do filme *Dangerous Minds*



/ *Mentes perigosas*, pelo que pode levar ao visionamento do filme e a um debate sobre a relação dos jovens com a escola e o seu próprio futuro.

11. ACTIVIDADES DE TRADUÇÃO DO TEXTO:

- Traduzir com dicionário;
- Corrigir uma tradução automática;
- Comparar diferentes traduções;
- Analisar falsos cognatos presentes no texto;
- Analisar expressões coloquiais e calão.

O texto pode ser traduzido, na totalidade ou parcialmente, com ou sem recurso ao dicionário. Os alunos podem corrigir ou comentar traduções feitas por um tradutor automático ou por outras pessoas, ou comparar as soluções adoptadas por tradutores diferentes: por exemplo, foram publicados dois livros com traduções distintas de poemas de Leonard Cohen, que os alunos poderiam analisar. Seria ainda possível partir das traduções para reflectir sobre questões linguísticas como os falsos cognatos (*false friends*) ou o uso do calão.

12. ACTIVIDADES DE ILUSTRAÇÃO DO TEXTO E/OU DA MELODIA:

- Os alunos produzem ilustração (desenho, fotografia, vídeo...);
- Os alunos recortam ilustrações de revistas e jornais;
- Os alunos relacionam o texto com imagens fornecidas pelo professor.

Os alunos ilustram a letra e/ou a melodia da canção, recorrendo a desenhos, pintura, colagens ou outros meios. Podem depois expor e comparar as diferentes interpretações obtidas. Podem ainda observar imagens fornecidas pelo professor e comentar a relação entre a peça musical e essas imagens.

13. OUTRAS ACTIVIDADES:

Durante a escuta:

- Dançar;
- Dramatizar o texto;
- Actuar em playback.

Depois da escuta:

- Transpor estruturas estudadas para novos contextos;
- Cantar letra alternativa com a mesma melodia;
- Escrever uma mnemónica usando a mesma melodia;
- ...

Trabalhos de projecto:

- Elaborar um "cancioneiro" da turma (com ou sem tradução);
- Organizar um coro da turma;
- Elaborar um exercício a partir de uma canção, pelos alunos, para ser resolvido pelo resto da turma.
- ...

Os alunos podem ainda realizar actividades mais lúdicas como cantar (com ou sem acompanhamento), dançar ou fazer *playback*, usar a melodia para escrever uma mnemónica com matéria escolar, dramatizar o texto, escrever versões alternativas da canção ou usá-la como ponto de partida para o trabalho da aula, aprofundando os temas abordados, ou para trabalhos de projecto. Por exemplo, organizar um concurso de *karaoke* ou fazer um cancionário da turma, com as suas canções preferidas. ..

Bibliografia

- ADACHI, Tetsuko (1991). *A Musical Approach to Listening Comprehension: Using Popular Songs in an ESL Classroom*. Mem. Fac. Educ. Miyazaki Univ. Hum., 69, pp.1-9.
- American Academy of Pediatrics (Dezembro 1996). "Impact of Music Lyrics and Music Videos on Children and Youth". *Pediatrics*, 98, 6, pp. 1219-1221.
- CRANMER, David e LAROY, Clément (1998). *Musical openings: using music in the language classroom*, Longman.
- EKEN, D. K. (1996). "Ideas for using songs in the English language classroom". *English Teaching Forum*, 34(1), 46-47.
- ILARI, Beatriz (Jan./Abr. 2006). "Música, comportamento social e relações interpessoais". *Psicologia em Estudo*, 11(1), pp. 191-198.
- LEMS, Kristin (Março 1996). "For a Song: Music across the ESL Curriculum", *apresentação no Annual Meeting of the Teachers of English to Speakers of Other Languages*. http://www.eric.ed.gov/ERICDocs/data/ericdocs2sql/content_storage_01/0000019b/80/14/92/91.pdf – Consultado em 8/01/2009.
- McLean, Alan C. (1983). "Rock as literature: Springsteen's 'The River'". *English Teaching Forum*, 21, 3, 43-45.
- MEDINA, Suzanne L. (2002). "Using Music to Enhance Second Language Acquisition: From theory to Practice". <http://www.forefrontpublishers.com/eslmusic/articles/06.htm> – consultado em 20/01/2009.
- MOI, Claudia Ferradas (1994). "Rock Poetry: The Literature our Students Listen To". <http://www.njcu.edu/cill/vol2/moi.html> – Consultado em 12/01/2009.
- PALHEIROS, Graça Boal (2004). "Funciones y modos de oír música de niños y adolescentes, en distintos contextos". *Revista de Psicodidáctica*, 17.
- PURCELL, John M. (1992). "Using Songs to Enrich the Secondary Class". <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/02494943103138163754491/p0000015.htm> – Consultado em 14/01/2009.
- RAUSCHER, F. H., SHAW, G., & KY, K. (1993). "Mozart and spatial reasoning". *Nature*, (365) 611.



O meu livro de política

Jorge Sampaio
Texto Editores (2009)

Uma obra útil e singular que, para além de constituir a desejada iniciação política, permite também um melhor conhecimento da história recente de Portugal e de um dos seus principais protagonistas.

“... quando eu tinha 9 anos, um dia, no Inverno, ia na rua com o meu pai, que era médico, e reparei num grande cartaz todo rasgado, atirado para um canto, com um senhor que eu nunca tinha visto (...) que parecia estar ali a pedir «não me esqueçam», e perguntei:

- Ó pai, quem é aquele?

- É o general Norton de Matos. (...)

- Mas quem é ele? – insisti. Mas tive de adiar a minha curiosidade, porque ele só me disse, um pouco apressado, «depois explico», e olhou para os lados, como se fosse uma das personagens das histórias d’O Mosquito (...) com medo de que algum espião estivesse por ali a rondar...”

É assim, através da recordação terna de conversas com o pai, que Jorge Sampaio, Presidente da República Portuguesa de 1996 a 2006 e pertencente a “uma geração de mudança”, vai propondo aos jovens de 6 a 14 anos uma iniciação à política.

Entre “as torradas em casa da avó” e uma consulta do pai no Estoril, entre o jogo Portugal-Inglaterre no Estádio do Jamor e a aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem na Assembleia das Nações Unidas, entre “um desgosto do tamanho do Mundo” e as correcções linguísticas da mãe, entre as recordações de Baltimore e as de Hyde Park, Jorge Sampaio vai explicando, com simplicidade coloquial,

conceitos como os de política, Estado, nação, Constituição, separação de poderes, democracia, vários tipos de governo ou cidadania, sempre com exemplos recentes de Portugal e do Mundo.

A sua intenção, a sua finalidade? Reafirmar a *política* como “acção esclarecida ao serviço da comunidade, na defesa dos cidadãos e do interesse geral” e promover a *cidadania*, porque “sem cidadãos, a política é uma casa vazia”.

Esta “cidadania declina-se em vários modos e tem de ser redimensionada em função das realidades do nosso século”, porque, “para além de sermos nacionais de um determinado Estado, e de sermos ou não europeus, de sermos do género masculino ou feminino, de sermos novos ou velhos, somos todos, antes de mais, cidadãos do Mundo, iguais em direitos e dignidade”.

Uma apresentação da União Europeia e dos seus órgãos, um excuro sobre “Portugal no Mundo” e a defesa da língua portuguesa “para a construção e reforço da identidade, para o exercício da cidadania plena e para a ampliação da nossa intervenção num Mundo globalizado” constituem a última parte deste manual de educação cívica sob a forma de “conto falado” que termina com um apelo aos seus leitores: “Contribuam para que Portugal se orgulhe de vocês!” :: M.E.B.S

Livro | CD Áudio



Vamos Cantar os clássicos!

Catarina Molder

Editorial Caminho (2009)

14,90 €

De uma grande vontade de levar a canção erudita até às crianças nasce a obra *Vamos Cantar os Clássicos!*

Catarina Molder convida as crianças a ouvir algum do repertório mais emblemático deste género. O toque especial deste trabalho reside no facto de as canções serem interpretadas em português, uma mais-valia para um belo serão passado em família!

O CD inclui canções dos mais variados compositores, passando pelos portugueses Carrapatoso, Delgado e Lopes-Graça. A autora, acompanhada ao piano por Francisco Sasseti, dá voz a todas as canções, começando por as apresentar de forma divertida, para que os ouvintes percebam melhor a canção. Para além das belas ilustrações, o livro contém as letras e pequenos textos que introduzem cada uma das canções.

Desde a canção de embalar de Brahms às famosas *Truta e Rosinha do Prado* de Schubert, passando pelo *Lied* alemão e a *mélodie* francesa com Fauré e Poulenc, fazem ainda parte desta viagem canções luminosas e surpreendentes como o musical de Gershwin e a música de sabor brasileiro de Waldemar Henrique. Sozinhas ou acompanhadas pelos pais, as crianças têm a oportunidade de conhecer belas obras musicais da chamada música clássica, através de uma obra de elevada qualidade, tanto ao nível das traduções dos textos como da expressividade envolvente da voz, em cumplicidade com o piano.

Em contexto escolar, os docentes poderão desenvolver um trabalho interessante de audição e interpretação vocal, instrumental ou corporal das peças musicais, apresentando de seguida as respectivas obras interpretadas nas línguas originais. Como trabalho interdisciplinar, poder-se-á trabalhar os textos em inglês (ou francês), conhecer a obra integral de que faz parte uma canção, preparar uma apresentação pública de uma canção, pesquisar sobre a vida dos compositores... ::

Carlos Batalha
Escola EB 2,3 de Vialonga

Sítio



Portal Insafe

<http://www.saferinternet.org>

O acesso à Internet é cada vez mais universal. A Internet proporciona o acesso a recursos e serviços, facilita a comunicação e permite a diversão. A sua utilização segura é fundamental e deve ser uma preocupação de todos. Preocupação que não pode ficar de fora da escola e é um tópico importante para a disciplina de Formação Cívica, como aliás está previsto para o 5.º ano.

Recentemente foi lançado o Portal Insafe (<http://www.saferinternet.org>) no âmbito do Programa Safer Internet, da Comissão Europeia. Neste sítio encontramos uma descrição dos projectos nacionais dos diferentes Estados-membros da UE e temos acesso aos respectivos *sites/portais* e aos recursos aí disponibilizados. Nestes sítios a exploração dos principais assuntos relacionados com uma navegação segura é feita a partir de recursos dinâmicos como pequenos vídeos que, mesmo sendo em língua estrangeira, podem constituir um excelente ponto de partida para uma discussão em sala de aula sobre temas como os riscos da publicação de fotos *online*, *ciberbullying*, assédio, ética *online*, direitos de autor, etc. O blogue associado a este portal permite aos interessados manterem-se actualizados nas temáticas relacionadas com a segurança na Internet.

Também referenciado neste portal, e especificamente dirigido à comunidade educativa portuguesa, existe o portal www.seguranet.pt, onde pais, professores e alunos podem encontrar informação e um conjunto de actividades interactivas em torno destas temáticas. Uma série de jogos organizados de acordo com os ciclos de escolaridade permite aprender de forma divertida e é lançado um conjunto de actividades para a comunidade educativa como ponto de partida para participar num concurso.

Boas e seguras navegações!

Ana Paiva
Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular

Visitar os três porquinhos... no Museu do Trabalho Michel Giacometti

Como dar a conhecer os diferentes núcleos expositivos do Museu do Trabalho Michel Giacometti a crianças pequenas? O serviço educativo encontrou a solução, desafiando os visitantes mais novos a transformarem-se em personagens da história “Os três porquinhos”... sem terem medo do lobo mau!

Texto de **Elsa de Barros**
Fotografias de **Jorge Padeiro**

Percorrer o Museu do Trabalho Michel Giacometti como quem visita as casas dos três porquinhos, não escapando ao encontro com o lobo mau ao longo do caminho, foi a solução encontrada pelo serviço educativo para dar a conhecer o espaço museológico às crianças mais pequenas, de infantários, de jardins-de-infância e dos 1.º e 2.º anos do 1.º ciclo.

À partida, não parecia tarefa fácil encontrar uma forma cativante de convidar os mais novos a visitarem os diferentes núcleos expositivos do museu, mostrando-lhes o espólio recolhido por Michel Giacometti e a reconstituição do espaço da antiga fábrica conserveira, com as diversas fases do trabalho dos operários, desde a chegada da sardinha proveniente da lota até à expedição da lata de conserva.

A animação “E se o lobo aparece...”, baseada na história “Os três porquinhos”, funciona como o fio condutor para levar os mais novos a visitarem os diferentes núcleos expositivos do museu, à medida que são convidados a entrar nas casas de cada um dos porquinhos, desde a casa de palha à de tijolo, passando pela casa de madeira.

Na peugada dos pequenos visitantes, segue o lendário lobo, um lobo esfomeado que, afinal, não é assim tão mau e está apenas a precisar de uma boa ensinadela para aprender a não entrar em casa dos porquinhos sem ser convidado.

Será que as crianças do Jardim-de-Infância Sonho de Criança, da Junta de Freguesia do Pinhal Novo, vão ser capazes de dar essa ensinadela ao lobo, enquanto visitam as casas dos três porquinhos, ou seja os três núcleos expositivos do Museu do Trabalho?

Museu do Trabalho
Michel Giacometti
Largo Defensores
da República, Setúbal
Tel.: 265 537 880
museu.trabalho@mun-setubal.pt
Visitas guiadas, gratuitas,
sob marcação



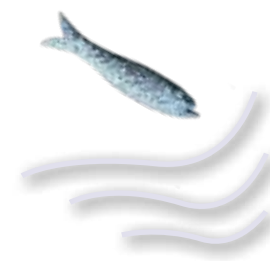
UM SALTO PARA DENTRO DA HISTÓRIA DOS TRÊS PORQUINHOS, EM QUATRO ETAPAS

Tudo começa com um convite para as crianças do Jardim-de-Infância Sonho de Criança, com dois e três anos, brincarem às escondidas com os três porquinhos que aparecem, de repente, à entrada do Museu do Trabalho Michel Giacometti, fazendo os mais novos arregalarem os olhos de espanto.

A visita à casa de palha, guiada pelo mais novo e estouvado dos três porquinhos, serve de pretexto para contactar com a colecção etnográfica Michel Giacometti, que possibilita a reconstituição da vida rural existente há umas décadas, através da exposição de alfaías agrícolas e de objectos de uso quotidiano.

A mercearia Liberdade, com as prateleiras e os balcões construídos em madeira, é o cenário ideal para a casa do porquinho do meio que, enquanto apresenta a sua habitação, mostra aos pequenos visitantes os produtos que eram comercializados no tempo dos seus bisavós, chamando a atenção para os instrumentos de medida das vendas a granel, para as balanças e caixas registadoras de outros tempos.

O espaço da antiga fábrica conserveira, com as grandes bancadas de pedra onde se enlatavam as sardinhas, serve de morada ao porquinho mais velho, o mais trabalhador e sensato dos três irmãos, que revela às crianças os segredos da indústria de conservas, à medida que concebe uma estratégia ardilosa para alterar o comportamento do lobo mau, ensinando-o, de uma vez para sempre, a não entrar em casa dos porquinhos sem ser convidado.



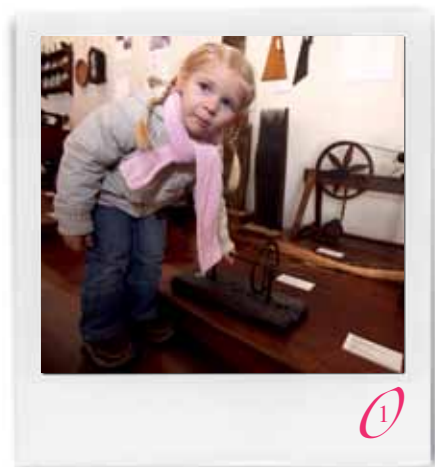
1. Quem quer brincar às escondidas?

“Bom dia!”, cumprimentam os três porquinhos, antes de se apresentarem aos pequenos visitantes do Museu do Trabalho. “Eu sou o Cícero e a minha casa fiz de palhinha”, diz o mais novo dos irmãos, com ar brincalhão e despreocupado. O segundo porquinho entra em cena, afirmando: “Eu sou o Heitor, fiz a minha casa em madeira e tenho-a sempre muito limpa.” Já só falta o terceiro porquinho, que fala em tom sério e sensato: “Sou o Prático, gosto muito de trabalhar e a minha casa fiz em tijolo.”

Feitas as apresentações, os três porquinhos lançam o desafio: “Quem quer brincar às escondidas?” As crianças aceitam a proposta com entusiasmo e entram, como por encanto, dentro do conto tradicional, transformando-se em personagens da história, com um importante papel no desenrolar dos acontecimentos.

Mas, para tal, é necessário meterem pernas ao caminho, escadas acima, escadas abaixo, aprendendo a enfrentar o medo e o lobo mau, a conhecer as casas dos porquinhos e o espólio do museu, a enlatar sardinhas... e a dar um final feliz à história da qual acabam por ser as principais protagonistas.

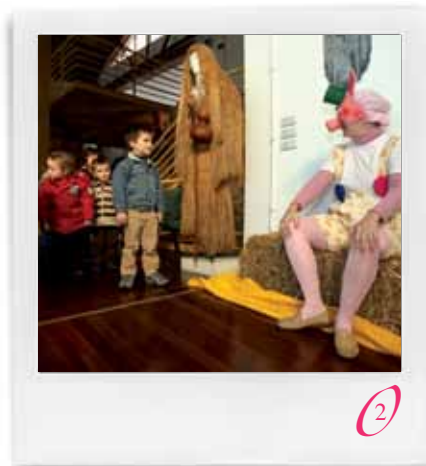
“Uuu... Uuu... Uuu...”, parece que se ouve ao longe o uivar de um lobo. Será que vale a pena arriscar? A curiosidade é mais forte do que o medo e as crianças dão início à narrativa, ao entrarem na casa de palha a convite do porquinho mais novo.



2. Viagem ao tempo dos avós na casa de palha

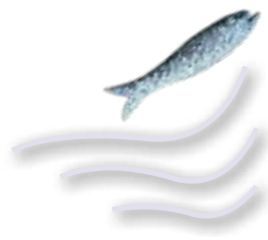
“Gosto de descansar e de me espreguiçar!”, confessa o porquinho mais novo, enquanto se enrosca num molho de palha, colocado à entrada de casa. “A minha casa é bem fofinha e tem muitas coisas velhinhas, do tempo dos avós. Querem ver?”, pergunta, convidando as crianças a entrarem em sua casa.

Já dentro de casa, o porquinho vai buscar uma forquilha e pergunta às crianças se conhecem aquele objecto. Os mais novos, na verdade, não sabem qual o nome da alfaia agrícola, mas Francisco constata que “tem dentes”. Mais à frente, o porquinho segura num ferro de engomar antigo e questiona os visitantes: “E isto, sabem o que é?” “É um ferro”, responde Tomás, uma das crianças mais novas do grupo. “Serve para regar as flores”, acrescenta. Beatriz, pouco mais velha, explica do alto dos seus três anos que



“ele é pequenino” e corrige: “Serve para passar a ferro.” O porquinho aproveita para esclarecer que a avó colocava carvão dentro do ferro, que tirava da lareira com a ajuda de uma tenaz.

Com grande orgulho, o porquinho apresenta o seu bebé Abílio que dorme sossegado numa caminha de palha e conta que acabou de fazer uma sopa de grão para ele comer. Mas assim que se menciona a sopa de grão, ouve-se o uivar do lobo que se aproxima cada vez mais e, sem se fazer anunciado, já está à porta de casa do porquinho, queixando-se: “Estou cheio de fome! Está a apetecer-me uma sopa de grão!” “Temos de fugir!”, avisa o porquinho perante a ameaça, e as crianças correm atrás dele pelos corredores do museu.

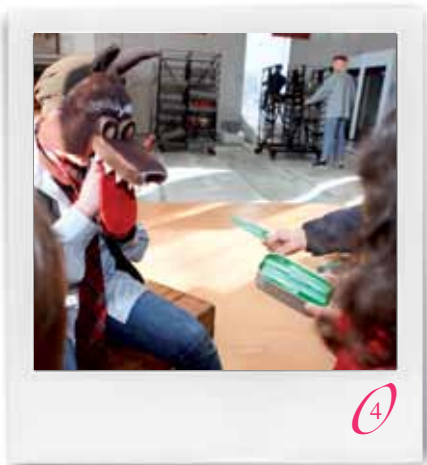


3. Entrar numa mercearia de antigamente, na casa de madeira

As crianças só param de correr à porta da casa de madeira, onde o porquinho do meio as espera, tranquilizando Francisco, que faz beicinho com medo do lobo mau: “Não tenham medo, que o lobo não entra aqui! A minha casa de madeira é mais segura. Para a fazer, fartei-me de trabalhar, carreguei tábuas, preguei pregos...”

Já mais confiantes, as crianças ouvem a explicação do porquinho, seguindo com o olhar a direcção para onde ele aponta. “Estão a ver estas prateleiras muito altas? Fui eu que as construí e tive de fazer aquele escadote para poder chegar lá acima”, prossegue o porquinho, enquanto as crianças observam os artigos existentes na mercearia do tempo dos bisavós, entre os quais se contam conservas, bolachas, farinha e sabão.

Satisfeito com a obra feita, o porquinho convida as crianças a visitar o seu escritório, onde lhes mostra o cofre forte, a secretária e a máquina de escrever, destacando o armazém que fica logo ao lado, atulhado daquilo a que chama “um monte de coisas velhas”.



O aparecimento do lobo à porta do escritório vem desviar o centro das atenções, voltando a assustar Francisco, que aperta a mão da educadora com força. Uivando de fome, o lobo reclama mais comida, mas explica que não é assim tão mau, porque não comeu a sopa toda, teve o cuidado de deixar um bocadinho para o bebé, e agora até se contenta com um ratinho pequenino. O porquinho do meio e as crianças chegam a um acordo com o lobo: este deixa-as sair da casa de madeira e, a seguir, pode entrar para comer o ratinho. Assim que se vêem fora de casa, as crianças não arriscam e... pernas para que vos quero, para casa do porquinho mais velho, onde talvez se possam sentir, finalmente, seguras!

4. Aprender a fazer sardinhas em conserva, na casa de pedra

O porquinho mais velho descansa as crianças, já depois de estas estarem a salvo dentro de sua casa: “Não se preocupem que a minha casa é muito forte! Olhem só para verem como construí a minha casa: é de tijolo. Rodrigo, toca aqui e diz como é que é o tijolo.” Rodrigo não se faz rogado e afirma, tocando no tijolo: “É duro, forte e pesado.”

O porquinho conta que, quando saiu de casa da mãe, foi viver para a antiga fábrica

de conservas, aproveitou para reconstruir o edifício com tijolos e cimento e, entretanto, aprendeu com as operárias como se enlatavam as sardinhas. Vendo o interesse das crianças na sua narrativa, propõe: “Querem aprender a fazer conservas?” A resposta é um entusiasmado coro de “sins”.

Aproveitando a vontade de colaborar dos mais novos, o porquinho mais velho propõe um plano para dar uma lição ao lobo: “Vamos fazer conservas e, se o lobo vier aqui, damos-lhas todas para ele comer. Ele vai ficar tão, tão cheio, que nunca mais entra em nossas casas para almoçar sem ser convidado. Boa?”

As crianças não podiam achar a ideia melhor e ficam muito atentas à explicação para aprenderem a fazer conservas. O porquinho dá uma lata e quatro sardinhas de borracha a cada uma e ensina como devem ser colocadas: duas sardinhas em baixo e duas em cima, viradas ao contrário, para ocuparem menos espaço.

Depois de devidamente esclarecidos, os pequenos visitantes metem mãos à obra e num instante dão por terminada a sua tarefa. O lobo pode chegar a qualquer momento e não há tempo a perder! O uivar do lobo a aproximar-se causa uma grande excitação, agora que as crianças estão preparadas para colocar o plano em prática. “Ele julga que é muito esperto, mas vai ser muito bem enganado”, ri-se o porquinho mais velho, com ar trocista.

Tal como previsto, o guloso do lobo comeu as sardinhas todas e, no fim, ficou muito mal disposto. “Prometes que não andas mais atrás de nós e destes meninos?”, questiona o porquinho mais velho. “Prometo, prometo!”, assegura o lobo, agarrado à barriga. “Olha que se voltares a ser maroto vamos buscar estes meninos à escola para nos ajudarem!”, adverte o porquinho mais velho, propondo, por fim, que todos festejem a recente amizade com uma grande roda. Tudo está bem quando acaba bem! ::

OUTRAS VISITAS GUIADAS

Introdução ao Museu do Trabalho: Para alunos do 5.º ao 12.º ano, inclui visita a todos os espaços do museu, com explicação do funcionamento da antiga fábrica conserveira e apresentação das três colecções patentes ao público.

Mercearia Liberdade: Para todas as idades, conta com a presença de uma personagem da época que propõe a comparação entre os produtos do tempo dos bisavós e os da actualidade, a exploração dos cheiros e das formas, bem como o desenvolvimento de noções matemáticas, a partir das caixas de medidas e das balanças de dois pratos iguais.

Mundo Rural (Colecção Etnográfica Michel Giacometti): Para todas as idades, centra-se na exploração das alfaias agrícolas, acompanhada pela dramatização dos movimentos do trabalho do campo, pela audição dos sons recolhidos por Giacometti e pelo visionamento de filmes.

Indústria conserveira (da lota à lata): Para todas as idades, pressupõe a vivência de um dia de trabalho na fábrica, no qual os visitantes participam vestidos de operários, passando por todas as etapas de produção da indústria conserveira, desde a chegada do peixe à fábrica até à saída do produto já enlatado. Inclui a apresentação das profissões tradicionais de Setúbal ligadas à indústria conserveira.



A MODA, OS MODOS, DE MODO QUE...

Texto de Adelaide Borges

Coordenadora do Curso de Design de Moda da E. P. Magestil – Escola de Moda de Lisboa

Muito se tem falado, estudado, conjecturado, sobre o fenómeno da moda, força alimentadora de várias actividades económicas e profissionais gerando lucros incomensuráveis.

O que faz impulsionar uma indústria que bianualmente se obriga a renovar esteticamente, nos desfiles de *prêt-à-porter*, de *haute couture*, feiras do sector e imprensa especializada, utilizando o fascínio da efemeridade a seu favor, propondo estilos, seduzindo o consumidor, incitando ao desejo, traduzindo mensagens para vender o produto?

A moda comunica numa linguagem não verbal, o estilo, a identidade psicológica e social do individuo que a veste. Os seus significados resultam da intenção e expressão do estilo do *designer* que a propõe e das múltiplas possibilidades de combinações e interpretações por parte de quem veste e de quem a vê. Por sua vez, as pessoas ao apropriarem-se desses significados adaptam-nos às suas próprias intenções, em determinada época e lugares.

Assim, torna-se necessário que as reacções emocionais e psicológicas, explícitas ou subliminares, que os diferentes vestuários causam em quem veste e a quem observa sejam analisadas, entendidas e controladas no processo criativo de moda.

O *design* de moda, sendo uma das áreas do *design*, segue os seus fundamentos, concebendo o produto de moda, vestuário ou acessórios, apresentando cores, materiais, formas e efeitos, respeitando a sua função, adequando o produto ao consumidor final, tendo em conta a sua exequibilidade técnica, apoiando a sua viabilidade.

O processo metodológico consiste na mistura de peças e componentes de vestuário conhecidos e testados, com uma nova e estimulante abordagem, gerando combinações e produtos diferentes. A silhueta, a cor e a textura são os pontos-chave do *design* de moda, manipulados em diferentes repetições e ritmos, de gradações, materiais, padrões, detalhes e ornamentos.

Por fim, as novas propostas de roupa adquirem novas interpretações e ideias nas imagens e identidade que cada marca difunde – em desfiles, catálogos, *outdoors*, *sites*, editoriais de moda.

A moda comunica a todo momento percepções e significados e nós somos todos ouvidos! ::

Sugestões de actividades

→ Mostre a imagem aos alunos e peça-lhes que:

1. Identifiquem a harmonia cromática das peças.
2. Apontem analogias e diferenças no vestuário convencional masculino
3. Caracterizem as peças de roupa.
4. Relativamente às matérias-primas, identifiquem o tipo de tecido usado na camisa e nas calças.
5. Defnam a estação para a qual é a proposta de vestuário
6. Tendo em conta a atitude e o acessório, traduzam as mensagens que pretendem ser comunicadas.
7. Que consumidor pretende atrair? Sofisticado ou rústico? Conservador, informal ou vanguardista? De que faixa etária? De que mercado: baixo, médio, médio-alto, alto?

→ Proponha uma recolha de imagens com um *look* semelhante através de pesquisa em revistas de moda e no sítio www.style.com.



Não deixe de ler o próximo número!



Tema do dossier:
Educação para a Saúde
(n.º 81, 2010)

Se tiver sugestões de temas a abordar ou conhecer práticas de escolas que considere importante divulgar, envie-nos para o mail: revistanoesis@sg.min-edu.pt

Quer ser assinante da revista Noesis?

Fotocopie, preencha o cupão e envie para:

Espaço Noesis
Av. 24 de Julho, 140 C
1399-025 Lisboa

noesis

Assinatura da Revista Noesis | Trimestral

1 Ano 10,00 €

2 Anos 19,00 €

A partir do n.º _____

Nome: _____

Morada: _____

Localidade: _____ Código Postal: _____

Telefone/telemóvel: _____

E-mail: _____

Contribuinte n.º _____

Cheque n.º _____ Banco _____

(passado à ordem de Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular)

Data: _____ Assinatura: _____